



4 • DIAGNÓSTICO PROSPETIVO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PRELIMINARES:

MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

MUNICÍPIO DE OURÉM • DEZEMBRO DE 2012



EQUIPA TÉCNICA:

- **COORDENAÇÃO GERAL:**
JOSÉ MANUEL ALHO
- **COORDENAÇÃO TÉCNICA:**
EUGÉNIA LOPES
- **ELABORAÇÃO:**
JOSÉ MANUEL LOPES

Índice

Índice	3
Siglas e Acrónimos.....	5
1 Introdução	7
2 O Processo de Revisão do PDM de Ourém.....	9
2.1 Justificação e Fundamentos para a revisão	9
3 Enquadramento Estratégico.....	13
4 Diagnósticos Setoriais e Valores Diferenciadores do Território	25
4.1 Enquadramento Territorial	26
4.2 Caracterização Biofísica.....	27
4.3 Demografia	29
4.4 Estrutura Económica.....	30
4.5 Indústria	31
4.6 Habitação e Dinâmica Urbanística	32
4.7 Povoamento e Rede Urbana	33
4.8 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes	34
4.8.1 Mobilidade da População	34
4.8.2 Acessibilidades.....	35
4.8.3 Transportes Coletivos.....	36
4.9 Infraestruturas.....	37
4.9.1 Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	37
4.9.2 Abastecimento de Água	38
4.9.3 Gestão do Sistema de Saneamento	39
4.9.4 Redes de Energia, Gás e Telecomunicações.....	40
4.10 Equipamentos Colectivos.....	41
4.10.1 Educação e Transportes Escolares	41
4.10.2 Sociais, Saúde e Habitação Social.....	43
4.10.3 Culturais e Desportivos	55
4.11 Turismo	56
4.12 Património	57
4.13 Síntese e Diagnóstico prospetivo	59
4.14 Valores Diferenciadores.....	69
6 Estratégia Preliminar de Ordenamento e Desenvolvimento.....	71
6.1 Princípios de Ordenamento	71
6.2 Linhas de Desenvolvimento e Orientação Estratégica, Programas e Objetivos ..	74

6.3	Expansão Mundial do Culto Mariano e a Nossa Senhora de Fátima – Objetivos	76
6.4	Educação, Formação e Investigação – Objetivos	77
6.5	Turismo, Lazer e Bem-estar – Objetivos	77
6.6	Cultura e Património – Objetivos.....	78
6.7	Diversificação da Base Económica – Objetivos	78
7	Conclusões e Notas Finais	79
8	Bibliografia	81

Siglas e Acrónimos

Ax	Autoestrada número x
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CEI	Contrato de Emprego e Inserção
CESO CI	CESO CI Portugal. SA
CMO	Câmara Municipal de Ourém
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
e.g	Por Exemplo
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres. SA
ER	Estrada Regional
GAVES	Gabinetes de Avaliação Educacional
IC	Itinerário Complementar
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Privada de Solidariedade Social
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos
PBH	Planos de Bacia Hidrográfica
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASARI	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
PERSUII	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PMDFCI	Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndio
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNDFCI	Plano Nacional da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POC	Programas Ocupacionais para Carentes
POPNSAC	Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
PRN 2000	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PROT-OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
Saer	Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco. LDA
SIC	Sítios de Importância Comunitária
SIMLIS	Saneamento Integrado dos Municípios do Lis. SA
SUMA	Empresa de Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana
TC	Transporte Colectivo
VALORLIS	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos. SA
VEÓLIA	Grupo de Fornecimento de Água
ZPE	Zonas de Protecção Especial

1 Introdução

Quando a Câmara Municipal de Ourém (CMO) deliberou iniciar a revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém (PDM), em 22 de maio de 2006, fê-lo por ter já decorrido um prazo de 3 anos após a publicação do Plano, e por existir uma discrepância entre o traçado do Itinerário Complementar (IC) 9 previsto no PDM e o efetivamente escolhido para implementar esta via.

Um outro fundamento utilizado para justificar o despoletar desse procedimento de planeamento devia-se à “falta de visão do instrumento”, quanto à sua formulação estratégica e conceptual. Entendeu-se que prevalecia neste plano a noção restritiva de plano imagem, imperando uma perspetiva estrita de gestão urbanística, quanto a CMO achava que devia tratar-se de um instrumento de ordenamento estratégico, com uma escala de abordagem diferente da urbanística, focado em várias atividades, como a agricultura, florestas, educação, desporto, turismo, etc..

Tendo em conta este propósito o procedimento de planeamento ora em curso tentará uma visão e uma abordagem melhor adaptada às condições e exigências atuais do território municipal, no âmbito do legalmente previsto, procurando estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial e a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo.

O documento agora elaborado vem em arrepio a essa meta, pois tem como objetivo **definir as orientações estratégicas preliminares à revisão do plano**, abordando as **questões relevantes a considerar e ponderar nesse processo**, na criação do novo modelo regulamentar e de ordenamento.

Contudo não é seu objetivo proceder à definição precisa do futuro modelo de desenvolvimento estratégico para o território municipal, o qual necessitará de um trabalho mais desenvolvido e amadurecido no âmbito do planeamento estratégico, onde se inclua os pontos de vista dos agentes locais de forma a estabelecer-se e a mobilizar-se esses atores na busca por um futuro comum.

Estrutura-se este trabalho em quatro partes essenciais:

- Na **primeira** faz-se um enquadramento no processo de revisão do PDM, como se fundamentou a sua abertura, objetivos e situações a corrigir;
- Na **segunda** parte enquadra-se o processo de revisão nas estratégias e orientações definidas em planos e programas de âmbito nacional e regional, que importam a esta revisão do PDM;

- A síntese dos diagnósticos setoriais é feita na **terceira** parte onde também se identificam os valores diferenciadores deste território.
- Já no **quarto** ponto define-se a estratégia preliminar, alguns princípios de ordenamento e algumas linhas de desenvolvimento e orientação estratégica.

Em termos teóricos de referir que a palavra estratégia provém do grego *stratego*, (*sratos*) exército+ (*ego*) líder, definindo-se como a disciplina, arte de conduzir um exército e dirigir as operações de modo a retirar vantagens sobre o inimigo (Guell, 1997; Lopes, 1998).

O planeamento estratégico é um conceito transposto inicialmente do setor empresarial para o desenvolvimento regional nos anos 60 do século passado, está intimamente ligado com o planeamento do uso do solo, referindo-se a uma escala geográfica concreta. Tende a ter um alcance global, concentrando-se em temas fundamentais para os decisores, através da articulação com os agentes locais (Alexandre, 2003).

2 O Processo de Revisão do PDM de Ourém

Com a publicação do Aviso n.º 12579/2009, de 11 de julho, a Câmara Municipal de Ourém deu início formal ao processo de Revisão do PDM do município, a que se seguiu um período de participação preventiva até setembro do mesmo ano.

Todavia, as subseqüentes alterações legislativas, nomeadamente ao Decreto-Lei n.º 280/99, de 22 de setembro, e a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de julho, levou à reformulação do relatório que fundamenta a intenção e necessidade de se rever o PDM, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 21 de maio de 2007.

Concluído e aprovado o relatório de Fundamentação/Justificação da Revisão do PDM (em 26 de outubro de 2009), foi feita nova reunião preparatória junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

A 25 de Junho de 2010, pela publicação do Aviso n.º 12817, decidiu esta câmara pela “reabertura” do processo de revisão, concedendo à população um novo período de participação preventiva, a decorrer durante 30 dias.

2.1 Justificação e Fundamentos para a revisão

Os fundamentos justificativos da revisão, a identificação de situações e opções a corrigir, fornecem orientações a ter em conta na formulação do plano. Nesse sentido este subcapítulo serve para descrever as razões que levaram à necessidade de revisão do plano, sendo que essas razões traduzem-se por sua vez em opções de planeamento conforme se identificam no ponto 4.1.

É importante perceber, à partida para a tomada de decisões e opções de planeamento, quais os objetivos subjacentes ao processo de revisão, emanados indiretamente do relatório de fundamentação de revisão do PDM onde se identificam rumos a infletir e erros a corrigir, ou de forma mais concreta nos próprios termos de referência.

Nesse sentido, identifica-se no plano em vigor:

- **Desatualização e insipiência da cartografia e dos estudos de base**, nomeadamente em domínios fundamentais como o socioeconómico e o biofísico.
- **Necessidade de adaptar o plano à dinâmica urbanística**, uma vez que desde 2001 se tem registado um decréscimo acentuado na emissão de alvarás de construção, e que existe uma grande quantidade de edificações em espaço rural, muitas devidamente licenciadas, mas espartilhadas em termos urbanísticos.

- **Desatualização da cartografia de base utilizada**, dado que foram utilizadas cartas militares à escala 1:25 000, cujos voos reportam ao ano de 1980, e fotografias aéreas à mesma escala de um voo de 1995.
- **Incongruências nos elementos fundamentais do PDM (Carta de Ordenamento, Condicionantes e Regulamento), detetadas apenas após a sua publicação**, erros e omissões que se refletem na aplicação do próprio plano, sentidas a vários níveis: Na definição do uso do solo, dos perímetros urbanos e industriais, na definição das restrições de utilidade pública, na conceção do regulamento (inflexibilidade, rigidez, inadaptações), etc..
- **Falta de visão**, como abordado na introdução, uma das críticas apontadas ao atual plano é a sua incipiente visão estratégica e conceptual, sendo vocacionado quase que exclusivamente para uma visão estritamente urbanística.
- **Alterações legislativas no quadro do ordenamento do território**, desde a entrada em vigor do PDM registaram-se alterações legislativas relevantes, nomeadamente, com a publicação do Regulamento Geral do Ruído, a introdução da Avaliação Ambiental Estratégica, as mudanças nos regimes de Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e ainda as alterações aos Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Consequente houve a publicação do Decreto Regulamentar n.º 9, de 29 de maio, que fixa os conceitos técnicos no domínio do ordenamento do território e do urbanismo, do Decreto Regulamentar n.º 10, de 29 de maio, que estabelece a cartografia a utilizar nos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e do Decreto Regulamentar n.º 11, de 29 de maio, que concretiza os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano.

- **A necessidade de estudar os riscos naturais e tecnológicos**, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) veio estabelecer quais os riscos naturais e tecnológicos que são prioridades de primeira linha da política de ordenamento do território, com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) a referir que o modelo de organização do território deve “identificar os riscos naturais e tecnológicos que possam por em causa a segurança de pessoas e bens e definir normas para a sua prevenção.
- **A premência em integrar alguns Instrumentos de Gestão Territorial nas disposições do plano**, uma vez que após a publicação do PDM passaram a vigorar diversos planos.

- **A necessidade de integrar alguns projetos**, nomeadamente a ligação ferroviária entre a linha Norte e a linha do Oeste, o aeroporto regional de Fátima, novo traçado do IC9 e os Caminhos de Fátima.

3 Enquadramento Estratégico

O enquadramento estratégico do processo de revisão do PDM, ou seja, as orientações contidas em planos e programas que balizam o planeamento a nível local, são preponderantes para a definição de opções técnicas a assumir durante o processo de revisão.

De entre esses planos o, Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, que embebe as indicações de nível superior, é o que mais releva, contendo um grande número de orientações a acautelar na revisão dos PMOT.

Além do PROT-OVT são indicados de seguida mais 23 instrumentos que devem ser ponderados neste procedimento.

1 - PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*

Trata-se de um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, que deve preceder os restantes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

Estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstanciando o quadro de referência para a elaboração dos demais IGT. Enuncia as opções e as diretrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infraestruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional, em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural.

Objetivos Gerais: **i)** Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País; **ii)** Garantir a coesão territorial do País atenuando as assimetrias regionais e garantido a igualdade de oportunidades; **iii)** Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social; **iv)** Articular as políticas setoriais com incidência na organização do território, **v)** Racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes, **vi)** Estabelecer os parâmetros de acesso às funções urbanas às formas de mobilidade; **vii)** Definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

* Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

2-PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO OESTE E VALE DO TEJO*

De entre os instrumentos de gestão territorial os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) relevam por serem instrumentos estratégicos, onde vêm estabelecidas as linhas orientadoras do desenvolvimento e organização das regiões. São planos que servem de referência à elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

O PROT-OVT enuncia várias dezenas de normas relacionadas com o sistema urbano e a competitividade, sistema ambiental, sistema de mobilidade e normas específicas de carácter territorial que se subdividem em directrizes para o ordenamento do território e directrizes por unidades territoriais.

Objetivos Gerais: **i)** Polinucleação e integração territorial; **ii)** Concentração do edificado; **iii)** Contenção, proporcionalidade e programação das áreas urbanas; **iv)** Qualidade urbana; **v)** Harmonização espacial dos usos e atividades; **vi)** Acessibilidade e mobilidade sustentável; **vii)** Racionalização dos serviços públicos; **viii)** Proteção e valorização dos recursos e valores naturais; **ix)** Prevenção e redução de riscos.

* Resolução do Conselho de Ministros n. 64-A/2009, de 6 de agosto.

3-PLANO BACIA HIDROGRÁFICA (PBH) DO TEJO*

A maioria do território municipal de Ourém, à exceção de uma franja a noroeste, integra a bacia hidrográfica do Rio Tejo, segundo o plano setorial correspondente trata-se da unidade homogénea de planeamento do Tejo-Central.

Segundo refere o *Decreto-Regulamentar n.º 18 de 2001, de 7 de dezembro que procedeu à aprovação deste plano, os PBH são planos elaborados a uma escala distinta dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), havendo por isso uma dificuldade, ou mesmo a impossibilidade de uma adequada comparação entre as soluções preconizadas nos dois diferentes tipos de planos.

Aos PMOT cabe o dever de compatibilidade com a estratégia definida nos PBH.

Encontram-se em elaboração os Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e dos rios Vouga, Mondego e Lis.

Objetivos Gerais: **i)** Impulsionar uma cuidada reflexão visando uma reforma do sistema de gestão da água; **ii)** Codificação e racionalização dos diversos diplomas e simplificação da tramitação procedimento; **iii)** Revisão do quadro institucional drenagem e tratamento de afluentes; **iv)** Assegurar o cumprimento da legislação nacional e comunitária e a implementação da Convenção Luso-Espanhola; **v)** Resolver as carências em termos de abastecimento de água e protecção dos meios hídricos; prevenção da ocorrência de eventuais acidentes de poluição.

* Decreto-Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de dezembro.

4-PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA*

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 é um instrumento de desenvolvimento territorial, que visa a salvaguarda e a valorização dos Sítios de Importância Comunitária (SIC) e das Zonas de Protecção Especial (ZPE), bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável.

O município de Ourém integra os Sítios de Importância comunitária da Serras de Aire e Candeeiros e Sicó/Alvaiázere os quais ocupam parte das freguesias de Fátima, Nossa Senhora das Misericórdias e Seiça, Caxarias, Rio de Couros e Formigais.

Objectivos Gerais: **i)** Contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação de *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens; **ii)** Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e dos SIC; **iii)** Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; **iv)** Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitantes presentes nos SIC e ZPE; **v)** Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de prevenção; **vi)** Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; **vii)** Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições; **viii)** Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de agosto.

5-PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS (POPNSAC) *

O Plano do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros integra a tipologia de Plano Especial de Ordenamento do Território e tem como objecto central uma amostra significativa do maciço calcário estremenho, sendo que uma pequena parte recai dentro do município de Ourém, uma franja a sul deste território municipal.

Este plano estabelece os regimes de gestão a observar na área de intervenção, com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a geodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais.

Objetivos Gerais: **i)** Assegurar uma estratégia de conservação e gestão; **ii)** Corresponder aos imperativos de conservação dos *habitats* naturais, da fauna e flora selvagens protegidas; **iii)** Fixar um regime de gestão compatível com a proteção e a valorização dos recursos naturais e com o desenvolvimento das atividades humanas em presença; **iv)** Determinar os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respetivas prioridades de intervenção; **v)** Promover a gestão e valorização dos recursos naturais possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da geodiversidade, diversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados; **vi)** Promover a salvaguarda do património paisagístico, geológico, arqueológico, arquitectónico, histórico e cultural da região, etc..

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010. de 12 de dezembro.

6-PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) DO RIBATEJO*

São instrumentos de ordenamento e gestão florestal aos quais cabe a explicitação das práticas de gestão a aplicar nos espaços florestais, possuindo um carácter predominantemente operativo. O PROF Ribatejo abrange o município de Ourém, identificando neste território uma vasta área de zonas críticas do ponto de vista da floresta contra incêndios, bem como algumas zonas sensíveis para proteção de solo e da água. No seu artigo 13.º e seguintes são enunciados um leque alargado de objetivos específicos por sub-regiões homogéneas.

A edificação em zonas de elevado risco, de acordo com este plano, são reguladas pelos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndio (PMDFCI), como se refere no artigo 45.º do PROF Ribatejo.

Sobre este propósito interessam ainda as orientações emanadas do Plano Nacional da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) ** e na Estratégia Nacional para as Florestas ***.

Objetivos Gerais: **i)** Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos usos dominantes; **ii)** Definir o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal; **iii)** Identificar modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados; **iv)** Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão, de importância ecológica, social e cultural;

* Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio.

*** Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 17 de agosto.

7-ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*

Esta estratégia tem um período temporal definido para 2015, e visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspetiva de sustentabilidade, em articulação com os demais instrumentos, planos e programas de ação em vigor ou em elaboração.

Objetivos Gerais: **i)** Preparação de Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”; **ii)** Crescimento sustentado, competitividade à escala global de eficiência energética; **iii)** Melhor ambiente e valorização do património; **iv)** Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social; **v)** Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território; **vi)** Um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional; **vii)** uma administração pública mais eficiente e modernizada.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto.

8-PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO*

Trata-se de um programa previsto para conter o despovoamento, efeito e causa da degradação das terras, devido ao uso desproporcional que lhes foi dado.

Por outro lado o país vive uma litoralização crescente, e uma pressão excessiva sobre as áreas urbanas.

Objetivos Gerais: **i)** Conservação do solo e da água; **ii)** Fixação da população ativa nas zonas rurais; **iii)** Recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação; **v)** Sensibilização da população para a problemática da desertificação; **vi)** Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e setoriais; **vii)** Desenvolvimento rural e local; **viii)** Organização dos agentes de desenvolvimento económico e social; **ix)** Melhoria das condições de exercício para o exercício das atividades agrícolas; **x)** Reforço do papel da floresta; **xi)** Recuperação de áreas degradadas, **xii)** Políticas de gestão de recursos hídricos, etc..

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho.

9-PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN 2000)*

Trata-se do plano que define a rede rodoviária nacional, aquela que desempenha funções de interesse nacional ou internacional. Essa rede é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Objetivos Gerais: **i)** Definir a hierarquia da rede rodoviária; **ii)** Estipular para os diferentes tipos de vias os níveis de serviço aceitáveis; **ii)** Fixar regras de conceção das redes, etc..

Para além deste plano interessa todo o enquadramento estratégico disperso por diversos setores, dos quais se dá conta no caderno "Acessibilidades, Mobilidade e Transportes".

* Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.

10-PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA*

Este programa estava previsto no Plano Nacional da Água e pode ser considerado como um instrumento programático do domínio dos recursos hídricos que deve orientar a atuação dos agentes públicos nas atividades de planeamento e gestão, incluindo a atividade de licenciamento.

Assume a água como um fator essencial para o desenvolvimento económico do país, considerando-a um recurso estratégico, ao qual é necessário garantir eficiência no seu uso.

Neste âmbito importam ainda as considerações emanadas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASARII) **.

Objetivos Gerais: **i)** Salvaguardar o interesse económico da água, com as poupanças potenciais da água a representarem um valor muito relevante; **ii)** Melhorar a ecoeficiência empresarial, que se traduz numa mais valia num mercado concorrencial; **iii)** Satisfazer as obrigações do país em termos comunitários, etc..

* Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.

** Decreto-Lei n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro.

11- PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS*

Constitui-se como um instrumento estratégico de gestão de resíduos sólidos urbanos para o período 2007/2016, enunciando as orientações e os objetivos, conferindo coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos. A procura de sustentabilidade por parte deste documento baseia-se em três pilares: ambiental, social e económico.

Objetivos Gerais: **i)** Definir as metas a atingir e ações a implementar com vista ao desvio dos resíduos biodegradáveis dos aterros; **ii)** Promover a reciclagem e a valorização dos resíduos; **iii)** gestão correta do destino a dar a resíduos de embalagens, etc..

Deve-se ter em conta também o Plano Estratégico Setorial de Gestão dos Resíduos Industriais **.

* Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro.

** Decreto-Lei n.º 516/99, de 2 de dezembro.

12- ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB) *

É um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante, o domínio ambiental, e na implementação do conceito desenvolvimento sustentável. Eram assumidos nesta estratégia três grandes obectivos.

Objetivos Gerais: **i)** Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; **ii)** Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; **iii)** Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, designadamente na conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001, de 11 de outubro.

13- PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PNAC) *

Define um conjunto de políticas e medidas internas que visam a redução de emissões de Gases com Efeito Estufa de modo a convergir para o cumprimento das obrigações nacionais do Protocolo de Quioto.

Objetivos Gerais: **i)** Melhoria da eficiência energética no setor eletroprodutor; **ii)** Melhoria da eficiência energética nos sistemas de oferta de energia, tendo em vista a geração de eletricidade a partir de unidade de cogeração; **iii)** Melhoria da eficiência energética ao nível da procura de eletricidade; **iv)** Promoção de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia; **v)** Introdução do Gás Natural na Região Autónoma da Madeira.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, de 4 de janeiro.

14- ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA*

Esta estratégia ocupa um papel central na política actual, constituindo um factor importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, além de ser uma peça vital no desenvolvimento sustentável do País.

Visa funcionar como alavanca da economia, através da capacidade de criar condições concorrenciais favoráveis ao desenvolvimento de empresas modernas, eficientes e bem dimensionadas.

Objetivos Gerais: **i)** Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primário e serviços energéticos, pela promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia; **ii)** Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor de energia quer as demais do tecido produtivo nacional; **iii)** Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica, etc..

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de outubro.

15-PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL*

Pretende contribuir de uma forma significativa para o fomento da agricultura e desenvolvimento rural, assente no respeito dos princípios da sustentabilidade económica, ambiental e social e da coesão e valorização dos territórios.

Objetivos Gerais: **i)** Estabelecer orientações políticas; **ii)** Prosseguir e desenvolver as atividades necessárias ao planeamento e à programação do apoio comunitário ao desenvolvimento rural no período de 2007-2013; **iii)** Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; **iv)** Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; **v)** Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de novembro.

16-PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO*

Serve para indicar as principais ações para o crescimento sustentado do turismo nacional, dada a sua importância estratégica e económica.

Objetivos Gerais: **i)** Desenvolvimento do turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o setor num dos motores do crescimento da economia nacional; **ii)** Promover o crescimento do setor de forma sustentada acima da média europeia, particularmente em termos de receita; **iii)** Ambiciona-se um crescimento anual do número de turistas em 5% e 9% em termos de receitas.

Em 2008 foi considerado o polo de desenvolvimento turístico de Leiria Fátima, como polo de fundamental no âmbito do turismo religioso.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril.

17-PROGRAMA OPERACIONAL DO CENTRO

A estrutura operacional do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é sistematizada, entre outros, pelos Programas Operacionais Regionais. O município de Ourém é abrangido pelo Programa Operacional do Centro. Um instrumento de aplicação, na qual se interpretam à luz da realidade da região Centro as orientações estratégicas da União Europeia, para a política de coesão.

Eixos Operacionais: **i)** Competitividade, inovação e conhecimento; **ii)** Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos; **iii)** Consolidação e Qualificação dos espaços sub-regionais; **iv)** Proteção e valorização ambiental; **v)** Governação e capacitação institucional; **vi)** Assistência técnica.

18-PROGRAMA TERRITORIAL DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO TEJO & PINHAL INTERIOR SUL-PLANO DE ACÇÃO 2007/2013

Trata-se de um trabalho de concertação, planeamento e definição estratégica promovido pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pela Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul. Enquadrou-se na mobilização dos recursos disponíveis no QREN.

Eixos Operacionais: **i)** Reforçar a atratividade das regiões e das cidades, melhorando a acessibilidade, assegurando serviços de qualidade e nível adequados e preservando o seu potencial ambiental; **ii)** Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia do conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação; **iii)** Criar mais e melhor emprego, atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho ou para a atividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos no capital humano.

19- ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS*

Segundo a estratégia nacional para as florestas o Governo Português reconhece nas florestas uma prioridade nacional, já que se trata de um setor estratégico para o País. Essa importância é traduzida na aprovação da Estratégia Nacional para as florestas, cujo objectivo

Essa estratégia reveste-se de particular importância, pois é aplicada conjuntamente com os PROF, que enquadram o estudo das florestas a nível regional, e cuja elaboração permitiu processos de reflexão importante.

Para além disso o documento tenta dar resposta a alguns constrangimentos, como seja o nemátodo do pinheiro ou os fogos florestais, visando ainda enquadrar os recursos do Fundo Florestal Permanente-.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro.

20- PLANO NACIONAL DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS*

Este plano define-se como a estratégia e respetivo conjunto articulado de ações que visam fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições para a redução progressiva dos incêndios florestais.

Definem-se no plano três domínios prioritários, **i)** prevenção estrutural, **ii)** vigilância e **iii)** combate.

São identificados cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O plano acentua a necessidade de uma acção concreta e persistente na política de sensibilização, no aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do risco, bem como no desenvolvimento de sistemas de gestão e de ligação às estruturas de prevenção, detecção e combate, reforçando a capacidade operacional.

* Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio.

21- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007/20013 *

Trata-se de um programa de índole estratégica e financeira, de apoio ao desenvolvimento rural no continente para o período temporal que vai de 2007 a 2013.

Este programa visa concretizar vários objetivos gerais, nomeadamente: **i)** Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, **ii)** Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e **iii)** Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

O programa visa também o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial.

A ações a levar a cabo são agrupadas em subprogramas e em medidas. Existem três subprogramas: **1** – Promoção da competitividade, o **2** – Gestão Sustentável do Espaço Rural, **3** – Dinamização das Zonas Rurais.

* Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro.

22- ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGRO-PECUÁRIOS e AGRO-INDUSTRIAIS *

De acordo com esta estratégia, apesar dos progressos alcançados ao longo dos anos, persistem problemas setoriais e regionais por resolver na área dos efluentes agro-pecuários e agro-industriais.

Nesse âmbito esta estratégia conjunta do então Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Rural e do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas consubstanciou-se em três grandes objetivos estratégicos, que pretendiam uma abordagem territorial e setorial integrada.

Para além disso pretendeu-se criar modelos de gestão sustentáveis, associados à implementação do princípio de utilizador – pagador, garantia de um quadro tarifário sustentável para os setores económicos, bem como a gestão eficiente de recursos financeiros, a dever ter em conta a utilização adequada dos instrumentos de co-financiamento, nomeadamente o QREN.

* Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007, de 9 de maio.

23-ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012-2015, MUNICÍPIO DE OURÉM

Além destes planos, programas e estratégias importa ainda referir as Grandes Opções do Plano 2012-2015 desta Câmara, nomeadamente as relacionadas com Habitação e Urbanismo, onde está previsto iniciar a elaboração da proposta de PDM para o ano de 2012.

4 Diagnósticos Setoriais e Valores Diferenciadores do Território

Quanto maior for o conhecimento sobre o estado do território e quanto mais criteriosa for a sua caracterização, melhores serão por certo as intervenções e os resultados das decisões da administração sobre ele.

Pode-se dizer que as linhas estratégicas orientadoras do desenvolvimento de cada espaço são condicionadas pela situação de partida, do mesmo modo que o estado desse espaço a cada momento é influenciado pelas orientações estratégicas vigentes.

É nesse âmbito que se procede ao diagnóstico setorial preliminar, dividido em 12 temas de análise:

- Enquadramento Territorial
- Caracterização Biofísica
- Demografia
- Estrutura Económica
- Indústria
- Habitação e Dinâmica Urbanística
- Povoamento e Rede Urbana
- Acessibilidades Mobilidade e Transportes
- Infraestruturas
- Equipamentos Coletivos
- Turismo
- Património

Após essa caracterização, com recurso a análise SWOT, faz-se um resumo, uma síntese de diagnóstico prospetivo, identificando-se também os ativos diferenciadores do território, para que possam servir de apoio ao desenvolvimento económico e humano do município.

4.1 Enquadramento Territorial

Pontos Fortes ▪ Integração do território em vários planos e programas supra-locais, que definem as estratégias a prosseguir na revisão do PDM. ▪ Integração do Território na NUT II Centro, o que permite o acesso a fundos comunitários dado se tratar de uma região em objetivo de "convergência". ▪ Grau elevado de conectividade por parte do município, com seis concelhos na sua envolvente. ▪ Relacionamento funcional entre o município de Ourém e Leiria. ▪ Território de charneira e transição entre o litoral e o interior. ▪ Integre o principal sistema urbano nacional que liga Lisboa e Porto. ▪ O município encontra-se a cerca de uma hora de caminho do Porto da Figueira da Foz. ▪ Inclusão do território de Ourém no traçado do IC9, e proximidade a outros grandes eixos, A1, A23, A8, A17.	Pontos Fracos ▪ Disparidade existente entre a região que o município integra em termos de planeamento e para fins estatísticos. ▪ Distância e pouca afinidade funcional entre o concelho e a sua capital de distrito Santarém. ▪ Excessiva fragmentação do território em 18 freguesias. ▪ A população encontra-se dispersa um pouco por todo o concelho.
Oportunidades ▪ Reorganização administrativa, se efetuada com critério e razoabilidade. ▪ Incorporação no PDM de Ourém das estratégias dos vários planos e programas existentes. ▪ Possibilidade da revisão do PDM responder a problemas e constrangimentos que têm adiado a afirmação do município. ▪ Construção do Aeroporto Regional de Fátima.	Ameaças ▪ Marginalização do Território face aos principais polos. ▪ Condicionismos económicos devidos à conjuntura de crise.

4.2 Caracterização Biofísica

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Cerca de 36% do município possui declives pouco acentuados, com 44% das vertentes dispostas a sul e a oeste o que é favorável há fixação humana. ▪ Variedade de recursos minerais, como areia, conglomerados, argilas, lenhite, diatomo e calcários. ▪ Presença de várias fontes naturais, de onde se salienta a nascente do Agroal com características termiais. ▪ Existência de outro património natural como as Pegadas dos Dinossauros e outro património geomorfológico como o Canhão fluvio cárstico do Agroal, Grutas, Lapias, dolinas, valeiros, algares, semiduros. ▪ Existência de vários miradouros sobre a paisagem (e.g. Castelo). ▪ Alto potencial espeleológico. ▪ Cerca de 15% dos solos podem ser utilizados para práticas agrícolas intensivas. ▪ Existência de alguns <i>habitats</i> importantes (rede natura da Serra de Aire e Sicó). ▪ Presença de várias espécies faunísticas e florísticas importantes e protegidas por lei, algumas delas estão na lista vermelha da União Internacional para da Natureza. ▪ Presença da Lampreia do Riacho associada as ribeiras de Seiça e Olival e rio Nabão, protegida por lei, e associada a outras espécies importantes. ▪ Inúmeras espécies de morcegos algumas delas em perigo, como sejam o morcego de ferradura mediterrâneo, morcego de ferradura mourisco, etc.. ▪ Potencial para o aumento do número de espécimes florestais como o carvalho português, sobreiro, azinheiras. ▪ Território com Potencial para observação de aves. ▪ A maioria da ocupação do solo é feita	▪ Parte do território possui declives superiores a 8%, existindo algumas áreas com declives bastante pronunciados. ▪ As exposições solares a norte e a este estão em maioria. ▪ As pedreiras têm um grande impacte na paisagem, na qualidade do ar, nos recursos hídricos. ▪ As principais espécies florestais são o eucalipto e o pinheiro bravo, muito suscetíveis a incêndios florestais. ▪ Grande parte dos solos existentes possuem capacidades de usos fracas (D e E).

com florestas e áreas agrícolas, com grande parte dessa agricultura a ocupar os fundos de vale, aproveitando-o para culturas de regadio. ▪ A principal cultura identificada é o olival e alguma vinha. ▪ Recursos hídricos abundantes como o aquífero de Ourém.	
Oportunidades ▪ O olival e a vinha existentes estão subaproveitados. ▪ Possibilidade do estabelecimento de corredores verdes nos fundos de vale das principais ribeiras, ligando a cidade de Ourém a sítios da rede natura 2000. ▪ Possibilidade de articular esses corredores com ciclovias, permitindo o estabelecimento de uma rota temática (e.g. Rota do Azeite de Ourém). ▪ Articular Fátima com a Serra de Aire, permitindo a dinamização de turismo de natureza, como as visitas às Pegadas dos Dinossauros. ▪ Aproveitar o potencial termal do Agroal, em detrimento do atual aproveitamento balnear. ▪ Aproveitar para potenciar e defender a biodiversidade do município.	Ameaças ▪ Propagação de espécies invasoras (mimosas, etc.). ▪ Possibilidade de ocorrência de fogos florestais. ▪ Abandono agrícola, com a destruição de vinhas, olivais. ▪ Indução de pesticidas em excesso e de más práticas agrícolas. ▪ Vulnerabilidade das espécies faunísticas e florísticas às atividades humanas. ▪ Sensibilidade dos aquíferos à poluição. ▪ Ocorrência de pragas como o nemátodo do Pinheiro.

4.3 Demografia

Pontos Fortes ▪ Maior volume populacional do Médio Tejo e segundo maior município em termos de dimensão. ▪ Densidade populacional superior à da sub-região do Médio Tejo. ▪ Decréscimo da população, muito reduzido face aos restantes municípios do Médio Tejo. ▪ Variação positiva no número de famílias. ▪ Estabilização das taxas de mortalidade. ▪ Perspetivas populacionais de manutenção da população e mesmo de ligeiro crescimento, estabilizando o quantitativo populacional entre os 45 000 e os 50 000. ▪ Aumento da população em idade ativa, com maior expressão na freguesia de Nossa Senhora da Piedade.	Pontos Fracos ▪ Envelhecimento Populacional. ▪ Distribuição heterogénea da população por mais de 200 lugares. ▪ Nível de instrução baixo que corresponde às freguesias mais envelhecidas. ▪ Taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade. ▪ Inexistência de um Estabelecimento de Ensino Superior.
Oportunidades ▪ Dada inexistência de oferta de Ensino Superior, os alunos saem do concelho para frequentar as melhores faculdades do país, possibilitando que a sua capacitação técnica induza melhorias ao nível do desenvolvimento socioeconómico do município, aquando o seu retorno. ▪ O facto de a maior parte da população estar em idade ativa representa uma reserva de mão de obra com <i>know how</i> em diversos setores. ▪ O aumento dos níveis de instrução leva a que tenhamos uma sociedade mais exigente e equilibrada.	Ameaças ▪ Decréscimo populacional na maioria das freguesias. ▪ Concentração da população em cidades, levando ao abandono rural (30,4%). ▪ Aumento da população idosa. ▪ Decréscimo de população jovem. ▪ Agravamento da conjuntura económica e emigração associada. ▪ O não retorno à terra natal dos que partem para estudar.

4.4 Estrutura Económica

Pontos Fortes ▪ A maioria da população tem como principal meio de vida o trabalho. ▪ Mais de metade da população em idade ativa está empregada. ▪ A maior parte da população empregada falo por conta de outrem. ▪ O setor terciário é composto por comércio por grosso e retalho, seguido de alojamentos e restauração e educação.	Pontos Fracos ▪ De entre a população desempregada a maioria vive a cargo da família. ▪ Na população sem atividade económica os reformados representam o triplo dos estudantes. ▪ Níveis de desemprego são mais altos nas mulheres que nos homens. ▪ De entre os desempregados um terço encontra-se à procura de primeiro emprego. ▪ Tem se notado um forte decréscimo de população empregada no setor primário. ▪ Forte acréscimo de população no setor terciário, e a dependência da situação socioeconómica face a este. ▪ O setor secundário é maioritariamente composto por indústrias transformadoras e de construção.
Oportunidades ▪ Taxa de desemprego em Ourém inferior à média do Médio-Tejo. ▪ Possibilidade de se potenciar o setor primário.	Ameaças ▪ Aumento do desemprego. ▪ Subsidio dependência de alguns setores sociais mais desfavorecidos. ▪ Novas regras de apoio a desempregados mais rígidas. ▪ Aumento de encargos por parte das famílias. ▪ Envelhecimento populacional. ▪ Retração económica associada à construção civil e à indústria transformadora.

4.5 Indústria

Pontos Fortes ▪ Zonas e Espaços Industriais distribuídos por todo o Território Municipal. ▪ Elevada predominância de Indústrias Extrativas. ▪ Infraestruturas viárias existentes cuja área de ação é favorável ao desenvolvimento e crescimento da atividade industrial no Município. ▪ Relevante o know-how existente no município na área da construção civil (nomeadamente prefabricados de betão e madeiras). ▪ A indústria, representa uma fatia relevante da população empregada neste setor.	Pontos Fracos ▪ Muitas Industrias e outras atividades económicas desativadas dentro dos próprios espaços de qualificação industrial. ▪ Zonas Industriais sem qualquer atividade ou Industria lá implantada. ▪ Inexistência de dados disponibilizados pelo INE, relativos ao Emprego, para o ano de 2011.
Oportunidades ▪ Infraestruturas viárias em construção cuja área de ação se pressupõe que seja favorável ao desenvolvimento e crescimento da atividade industrial no Município. ▪ Oportunidade de reformulação e reestruturação das áreas e Zonas Industriais.	Ameaças ▪ RAN e REN sobreposta a alguns Espaços e Zonas Industriais. ▪ Retração de setores económicos, tais como o da construção civil.

4.6 Habitação e Dinâmica Urbanística

Pontos Fortes ▪ Número de Cidades Estatísticas no Município (Fátima e Ourém). ▪ Proximidade à A1 (Autoestrada do Norte) e IC9 (Tomar/Nazaré). ▪ Construção recente na Freguesia de Fátima. ▪ Variação elevada (2001/2011) do número de Alojamentos nas Freguesias de Fátima, Caxarias, N. S. Piedade e Alburitel. ▪ Variação elevada (2001/2011) do número de Edifícios nas Freguesias de Fátima, Caxarias e Alburitel. ▪ Assiste-se a uma subida ligeira da tendência de ampliação dos edifícios existentes em oposição a novas construções.	Pontos Fracos ▪ Envelhecimento Populacional. ▪ Envelhecimento do Parque Habitacional. ▪ Elevada proporção de Alojamentos de Residência Secundária. ▪ Elevada proporção de Alojamentos vagos destinados a arrendamento e reduzida proporção de alojamentos arrendados. ▪ Inexistência de Unidade Hospitalar. ▪ Elevada Ruralidade do Município. ▪ Inexistência de Estabelecimento de Ensino Superior.
Oportunidades ▪ Cativar População para o Município, face à proximidade à A1 e atravessamento pelo IC9. ▪ Proposta de uma nova Unidade Hospitalar privada na Cidade de Fátima, junto ao nó da A1.	Ameaças ▪ Abertura de um grande número de Planos de Pormenor e Urbanização que tentava ultrapassar as dificuldades criadas pelo PDM, mas que redundaram em dificuldades, dada a morosidade processual. ▪ Freguesias a Norte do Município tendem a manter, sobretudo na fronteira com Pombal, com reduzidas proporções de edificado.

4.7 Povoamento e Rede Urbana

Pontos Fortes ▪ Grande parte do território municipal é povoada por espaços florestais, fundamentais no equilíbrio do território e relevante em termos económicos. ▪ Cerca de 46% da população do concelho vive no lugar mais populoso da sua freguesia. ▪ À semelhança do que acontece em termos de ocupação do solo a nível regional, em Ourém, 10% do território é ocupado por áreas edificadas. ▪ Ourém e Fátima polarizam fortemente o tecido urbano municipal, conferindo identidade ao território, em complementaridade com os restantes aglomerados do concelho. ▪ A maioria das sedes de freguesia sobressaem no tecido urbanos desses territórios pela centralidade e funções que possuem.	Pontos Fracos ▪ Território fragmentado por um grande número de pequenos aglomerados, fenómeno mais evidente a norte. ▪ A maioria da população vive na parte sul do concelho, onde se encontram os maiores aglomerados. ▪ Mais de metade dos aglomerados (60%) possuem menos de 100 habitantes. ▪ O povoamento urbano é maioritariamente do tipo áreas edificadas dispersas e áreas edificadas lineares. ▪ Existe uma grande fragmentação na estrutura fundiária, onde mais de 57% das parcelas não chegam a ter 1000 m². ▪ Povoamento ao longo de vias importantes, como acontece em determinadas EN, ER e EM. ▪ Disparidades entre sedes de freguesia, que se revela na distribuição por níveis hierárquicos de 1 a 4.
Oportunidades ▪ Possibilidade de potenciar os eixos funcionais existentes e identificados. ▪ A crescente relevância regional associada a Fátima/Ourém. ▪ Existência de uma identidade associada ao povoamento em espaço rural e de relações de complementaridade/funcionalidade entre pequenos aglomerados, conferindo coerência ao povoamento existente. ▪ Existência de padrões históricos associados a uma agricultura de subsistência, fundamental na harmonia da economia familiar particularmente em tempos de crise. ▪ Esses padrões, e o respetivo povoamento associado, são fundamentais para a viabilidade e sustentabilidade das áreas rurais, necessário ao combate a certos fenómenos negativos (e.g. Os fogos florestais).	Ameaças ▪ Desertificação em aglomerados rurais, agudizada por algumas dificuldades criadas pelos IGT e linha com o objetivo de mitigação da edificação dispersa. ▪ Aumento das assimetrias sul/norte e entre freguesias rurais e urbanas (Fátima, N.S.^a da Piedade e N. S.^a das Misericórdias). ▪ Dificuldade de manutenção/extensão de algumas infraestruturas até alguns aglomerados (principalmente das muitas redes de saneamento básico ainda por executar). ▪ Dificuldade de recurso a crédito para reaproveitamento e recuperação de imóveis antigos em aglomerados rurais, levando à saída da população jovem a soluções de arrendamento nas cidades. ▪ Estrutura fundiária exígua dificultando a rentabilização de determinados setores agrícolas.

4.8 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes

4.8.1 Mobilidade da População

Pontos Fortes ▪ Localização do território face à A1 e à Linha do Norte e arco da Unesco, conforme consta no PROT-OVT. ▪ Proximidade à rede transeuropeia. ▪ Média de deslocações pendulares intrafreguesia de 56%, superior ao Médio-Tejo. ▪ A existência de uma política de intervenção de fundo para a cidade de Fátima, enquanto polo gerador de deslocações (Fátima 2017). ▪ A forte proporção da população em idade ativa, cujo principal meio de vida é o trabalho, o que confere importância ao setor dos transportes e também capacidade económica de intervenção pública nesse setor.	Pontos Fracos ▪ Consumo de combustível fóssil <i>per capita</i> superior à média nacional. ▪ Forte dependência do automóvel. ▪ Duração dos movimentos pendulares elevada para algumas freguesias. ▪ Renovação ténue do parque automóvel. ▪ Sinistralidade rodoviária superior à dos restantes municípios do Médio-Tejo. ▪ Assimetria entre a parte Norte e a Sul do município. ▪ A forte atratividade de Fátima em termos de deslocações, concentrada em pequenos períodos temporais que provoca a saturação das infraestruturas existentes.
Oportunidades ▪ A inclusão do território concelhio nos principais programas setoriais, e nos diferentes planos existentes, com vista à melhoria da eficiência dos sistemas de mobilidade e transportes. ▪ A existência de estudos realizados quer ao nível municipal, quer ao nível regional, o que revela a importância do setor para a decisão pública. ▪ A possibilidade de articulação agora criada entre o planeamento do território e o planeamento das acessibilidades e transportes. ▪ A imergência de novos conceitos, como seja a mobilidade sustentável e os modos suaves de transportes.	Ameaças ▪ Aumento dos preços dos combustíveis fósseis. ▪ Envelhecimento da população e possível desinvestimento no setor dos transportes. ▪ O agudizar das assimetrias entre o Sul/Norte do município. ▪ Estagnação do efetivo populacional.

4.8.2 Acessibilidades

Pontos Fortes ▪ Inserção do município na rede rodoviária fundamental. ▪ Proximidade em tempo de percurso às cidades de Lisboa e Porto. ▪ Existência de uma vasta rede rodoviária. ▪ Inserção do município na rede ferroviária nacional. ▪ Vários caminhos pedestres com características e com uma inserção paisagista que justifica a sua homologação. ▪ Oferta de estacionamento nos principais centros urbanos com capacidade para suprir as necessidades. ▪ Existência de <i>stakeholders</i> atentos à necessidade de implementação dos caminhos de Fátima.	Pontos Fracos ▪ Algumas freguesias não integram a rede rodoviária complementar. ▪ Elevado tempo médio de percurso entre a parte sul e centro do município e a parte norte. ▪ Assimetrias existentes entre freguesias quanto à densidade de rede rodoviária. ▪ Elevados tempos médios de percurso entre a cidade de Ourém e as vilas de Alvaiázere e Batalha. ▪ Perfis transversais exíguos face ao papel a desempenhar pelas diversas vias. ▪ Falta de uma estratégia coerente e articulada para os caminhos de Fátima. ▪ Incoerência na classificação hierárquica de alguns troços da rede viária.
Oportunidades ▪ Construção do IC 9 e melhoria das acessibilidades transversais Este-Oeste. ▪ Articulação entre o IC 9 e a ER 356, melhorando os tempos de percurso ao norte do município. ▪ Melhoria das condições de acessibilidade e de circulação na ER 356. ▪ Estabelecimento de uma estratégia articulada e concertada para a definição e dinamização dos Caminhos de Fátima. ▪ Homologação de vários percursos pedestres e inclusão do nosso território na Grande Rota Transeuropeia. ▪ Conclusões do Plano Intermunicipal de Acessibilidades Locais. ▪ Correções à hierarquia da rede viária, de forma a torná-la mais coerente e funcional.	Ameaças ▪ Perda de competitividade económica e social dos territórios norte. ▪ Dificuldades de coexistência de modos e do estabelecimento de uma política de <i>traffic sharing</i> equilibrada, dada a predominância do tráfego automóvel face a outros modos de transporte. ▪ Contexto de retração económica que pode dificultar os investimentos na qualificação das infraestruturas de transporte. ▪ Degradação do estado de conservação das infraestruturas de transporte.

4.8.3 Transportes Coletivos

Pontos Fortes ▪ Extensão considerável da rede de TC rodoviário. ▪ 38% dessas carreiras estabelecem linhas inter-concelhias e inter-regionais. ▪ Ligação das cidades do concelho á Rede de Expressos, principalmente em Fátima. ▪ Média de Táxis <i>per capita</i> superior à média regional. ▪ Seis ligações diárias em comboio intercidades para as principais cidades do país. ▪ Ligações diárias a Coimbra e ao Entroncamento.	Pontos Fracos ▪ Gondemaria e Ribeira do Fário não são servidas por carreiras inter-concelhias. ▪ Alburitel não é servido por nenhuma carreira intra-concelhia. ▪ Horários reduzidos, particularmente fora do período escolar e ao fim de semana.
Oportunidades ▪ Aumento do custo dos combustíveis e possível aumento da procura do TC. ▪ Existência um estudo para a introdução de redes de TC em Fátima.	Ameaças ▪ Contexto de retração económica que pode dificultar os investimentos na rede de TC. ▪ Redução do número de indivíduos em idade escolar e posterior redução do número de carreiras. ▪ Comodismo associado à dependência do transporte individual que dificulta a implementação de medidas de promoção do TC.

4.9 Infraestruturas

4.9.1 Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Pontos Fortes ▪ A redução da quantidade de resíduos sólidos urbanos nos últimos anos. ▪ O aumento da quantidade de resíduos recicláveis ao longo dos anos. ▪ O sistema de recolha consignada, uma vez que contribuiu para a sustentabilidade económica e ambiental da gestão do sistema. ▪ A disponibilidade e rapidez na colocação de equipamentos pela empresa SUMA. ▪ A taxa de cobertura do sistema de RSU's que atualmente é de 93,37%. ▪ Campanhas de sensibilização da SUMA e da Valorlis. ▪ A limpeza urbana, não só nas cidades como também nas sedes de freguesias. ▪ O Site geográfico relativo às temáticas dos resíduos e limpeza urbana, uma vez que aglutina toda a informação. ▪ Cumprimento das metas do PERSU II.	Pontos Fracos ▪ A frequência de recolha de resíduos recicláveis da Valorlis, que é inferior ao necessário. ▪ Dificuldade na colocação de equipamentos de recolha seletiva por parte da Valorlis. ▪ Embora a taxa de cobertura cumpra a razão de 1 ecoponto por 500 habitantes, o afastamento do equipamento é elevado atendendo à dispersão e existem muitos pedidos. ▪ Falta de ecocentros nas freguesias do concelho, o que não permite uma gestão de resíduos mais eficaz, porque ainda aparecem alguns focos de lixo abandonados. ▪ A falta de passeios na Zona Industrial de Ourém o que prejudica a limpeza urbana. ▪ A falta de consolidação de zonas na cidade de Ourém, que quando chove provocam problemas a nível da limpeza urbana.
Oportunidades ▪ Otimização dos circuitos e frequência de recolha de resíduos da SUMA. ▪ Otimização na colocação de contentores, tendo em vista uma melhor qualidade do serviço e uma melhor higiene e segurança no trabalho para os funcionários da SUMA. ▪ A melhoria das instalações e o alargamento do horário da Estação de Transferência da Gondemaria/Ecocentro por parte da Valorlis. ▪ Aumentar o depósito de papel/Cartão e plásticos nos compactadores e contentores de grandes dimensões disponibilizados pela Valorlis. ▪ Maior articulação na recolha de monos entre as entidades.	Ameaças ▪ A extensão do Concelho e dispersão dos aglomerados, principalmente a norte, o que implica mais custos com a recolha de resíduos sólidos urbanos. ▪ O elevado custo das ilhas ecológicas. ▪ Ameaça de redução da qualidade do serviço da Valorlis, devido às imposições de redução de custos, na sequência das medidas de austeridade. ▪ O PDM atual não define zonas para estas infraestruturas e existem usos que não são compatíveis, embora a localização fosse a ideal. ▪ Falta de civismo de parte da população no que diz respeito à remoção dos dejetos dos seus caninos. ▪ Falta de operadores privados de gestão

▪ Elaboração de um estudo estratégico para a gestão de resíduos, com a definição da localização de ecocentros.	de resíduos, como por exemplo, a norte do concelho, o que muitas vezes está relacionado com a incompatibilidade dos usos definidos no PDM.
--	---

4.9.2 Abastecimento de Água

Pontos Fortes ▪ A riqueza de água subterrânea em termos de quantidade e de qualidade, a centro e a norte do concelho. ▪ Recuperação dos reservatórios para parte da Veolia. ▪ A renovação de redes no âmbito do Plano de Investimentos que permitiram a redução de roturas e avarias, com uma clara melhoria na continuidade do fornecimento de água às populações. ▪ A ampliação da rede de água ao AGROAL, o que permitiu que esta praia fluvial fosse abastecida com água em quantidade e qualidade para consumo humano, o que antes de 2011 não era possível. ▪ A implantação de hidropessores que permitiram um fornecimento de água com mais pressão. ▪ O Site geográfico relativo à temática do água, uma vez que aglutina toda a informação.	Pontos Fracos ▪ A taxa de cobertura que não atinge os 95% do PEASSAR II, uma vez que atualmente é de 90,04%. ▪ A taxa de ligação da rede de água que é atualmente de 78.22%. ▪ A idade das infraestruturas do sistema de abastecimento de água, nomeadamente as redes, que provocam ainda bastantes roturas. ▪ O tempo de vida útil ultrapassado em várias captações, em que a quantidade de água captada fica aquém das necessidades. ▪ A falta de pressão em alguns lugares do concelho. ▪ As injustiças causadas pelo PDM, uma vez que a Autarquia apenas suporta os encargos com a ampliação da rede de água em zonas onde o PDM autoriza a construção, o que não é justo quando existem incongruências nas manchas.
Oportunidades ▪ A existência de um Plano de Investimentos o que permitirá remodelar o sistema de abastecimento de água. ▪ A renegociação do contrato com a empresa Veolia, que permitirá estudar a necessidade das ampliações das redes, a sua sustentabilidade e inclusão no Plano de Investimentos da concessionária. ▪ A revisão do PDM será uma oportunidade para corrigir situações anómalas do ponto de vista das manchas de espaço urbano, uma vez que existem alojamentos/indústrias fora destas manchas, o que não é justificável em algumas situações. ▪ A obrigatoriedade de ligação ao sistema público de abastecimento de água, preconizado no DL n.º 194/09, de 20/08,	Ameaças ▪ A extensão do Concelho e dispersão dos aglomerados, principalmente a norte, o que implica mais custos com a gestão do sistema de água. ▪ O relevo do concelho principalmente no subsistema do Olival, que exige soluções técnicas mais dispendiosas para suprimir os problemas de pressão nas zonas altas. ▪ A existência de algumas atividades interditas e condicionadas e alguns riscos nos perímetros de proteção de furos. ▪ O consumo mínimo exigido pela EPAL, que não é economicamente sustentável e que não promove uma gestão ambiental do sistema. ▪ Redução do consumo de água por parte dos utilizadores, o que coloca em causa a sustentabilidade económica na gestão do sistema.

o que permitirá uma melhor gestão económica do sistema.	
---	--

4.9.3 Gestão do Sistema de Saneamento

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- A existência de ETAR's que tratam todos os esgotos domésticos que são drenados pelos emissários, não existindo no concelho ligações diretas de coletores públicos às linhas de água (sem tratamento). - A existência de emissários no subsistema do Lis. - A estratégia da Autarquia em prever saneamento em todas as sedes de freguesia, com soluções de tratamento isoladas sempre que não existe emissário. - A existência de um Documento de Enquadramento Estratégico a curto prazo. - Empenho da Autarquia na notificação para a ligação ao sistema público de saneamento. - O Site geográfico relativo à temática do saneamento, uma vez que aglutina toda a informação.	- A taxa de cobertura de 46,08% que fica muito aquém da meta de 90% preconizada no PEAASAR II. - A taxa de ligação da rede de esgotos que é atualmente de 73,76%. - As infiltrações de água pluviais existentes em algumas redes e em alguns emissários. - A falta de sustentabilidade económica na gestão do sistema de saneamento. - A falta de redes de drenagem nas sedes de freguesia onde existem as maiores necessidade, uma vez que é nestes locais que se concentra atividades com grande produção de efluentes, como por exemplo instalações sociais. - As injustiças causadas pelo PDM, uma vez que a Autarquia apenas suporta os encargos com a ampliação da rede de esgotos em zonas onde o PDM autoriza a construção, o que não é justo quando existem incongruências nas manchas.
Oportunidades	Ameaças
- A concessão do sistema de saneamento do concelho de Ourém que permitirá uma gestão privada com mais flexibilidade. - O plano de investimentos a prever na concessão, que permitirá aumentar a taxa de cobertura e a construção de redes de saneamento em todas as sedes de freguesia numa primeira fase. - A revisão do PDM para corrigir situações anómalas do ponto de vista das manchas de espaço urbano, uma vez que existem casos não justificáveis de alojamentos/indústrias fora destas manchas. - A obrigatoriedade de ligação ao sistema público de saneamento, DL n.º 194/09, de 20/08, o que permitirá uma melhor gestão económica do sistema. Os fundos comunitários (QREN).	- A extensão do Concelho e dispersão dos aglomerados, principalmente a norte, o que implica mais custos com a gestão dos sistema de saneamento. - O elevado custo que a Autarquia tem de suportar com o sistema em alta da SIMLIS. - O elevado investimento que ainda é necessário efetuar em infraestruturas de saneamento, de modo a atingir as metas do PEAASAR II. - A conjuntura de crise atual, o que poderá ter consequências negativas no procedimento de contratualização da concessão. - Redução do consumo de água por parte dos utilizadores, o que coloca em causa a sustentabilidade económica na gestão do sistema.

4.9.4 Redes de Energia, Gás e Telecomunicações

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Generalidade do concelho está abrangido por iluminação pública. ▪ Generalidade do concelho está abrangida por rede de telecomunicações. ▪ A existência de gás natural proporciona um conforto muito maior no aquecimento da habitação, fogão e água quente face ao antigo sistema de botija de gás propano. ▪ A estratégia da Autarquia em prever gás natural na área do concelho dando preferência às zonas de maiores aglomerados urbanos. ▪ O Site geográfico relativo à temática do gás natural, uma vez que aglutina toda a informação.	▪ Algumas redes a qualidade do serviço prestado apresenta deficiências no que respeita à queda de tensão e continuidade do serviço. ▪ As solicitações à colocação de lâmpadas nas iluminárias é muito demorada. ▪ Algumas zonas urbanas ainda continuam com cabos aéreos. ▪ A taxa de ligação ao gás natural não é 100% bem aceite visto que para o pequeno consumidor continua a compensar economicamente a utilização das botijas de gás propano. ▪ A falta de sustentabilidade económica face ao investimento público na infraestruturação das redes de gás natural por todo o território urbano. ▪ Apesar das boas regras de segurança exigidas pelos inspetores às redes montadas de gás natural não inviabilizam o perigo de acidentes graves como ruturas, fugas ou explosões.
Oportunidades	Ameaças
▪ Diminuição do gasto energético em iluminação pública, com a colocação de lâmpadas mais económicas. ▪ Aproveitar algumas infraestruturas existentes para passagem da rede de telecomunicações. ▪ A concessão do sistema de gás natural.	▪ O elevado consumo energético, pode a médio longo prazo tornar-se insustentável ao nível de manutenção e custos, devido também ao elevado custo. ▪ A falta de informação ao nível de telas finais da passagem destas infraestruturas. ▪ O elevado investimento que ainda é necessário efetuar em infraestruturas de gás natural para que cubra todos os aglomerados urbanos.

4.10 Equipamentos Colectivos

4.10.1 Educação e Transportes Escolares

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Conversação entre Câmara, Agrupamentos e Entidade Rodoviária, no sentido do reajustamento do horário. ▪ Construção dos Centros Escolares. ▪ Redução no preço dos bilhetes de equipamentos para Escolas/Instituições Educativas. ▪ Aumento do tempo de permanência das crianças nos estabelecimentos escolares. ▪ Criação do cartão de utilização familiar/institucional. ▪ Rentabilização dos autocarros que se encontram fora de serviço, nas interrupções letivas. ▪ Rentabilização dos pavilhões municipais da periferia através das instituições, clubes e particulares. ▪ Recursos às Associações de Pais, Estudantes, Juntas de Freguesia e representantes dos Encarregados de Educação. ▪ Identificação o mais precoce possível dos casos de risco. ▪ Alertar para alternativas de formação dos educandos. ▪ Envolvimento das famílias. ▪ Elaboração de informação sobre as ofertas de formação no concelho. ▪ Pressionar e fazer chegar a insatisfação da população aos organismos centrais. ▪ Programas ocupacionais para carenciados (POC's), actualmente contratos de emprego e inserção (CEI's) e parcerias entre o Centro de Emprego, Juntas de Freguesia e IPSS.	▪ Equipamentos educativos desadequados e falta de equipamentos escolares (infraestruturas) adequados à nova realidade educativa (atividades extra-curriculares, refeições, etc.). ▪ Carga horária excessiva. ▪ As atividades extra-curriculares funcionam em Escolas sem infraestruturas. ▪ Falta de equipamentos desportivos (pavilhões) e os existentes têm condições de higiene deficitárias (eventualmente pelo excesso de utilização). ▪ Preço elevado dos bilhetes nas piscinas municipais. ▪ Desajustamento do horário dos transportes escolares. ▪ Falta de disponibilização dos autocarros municipais nas interrupções lectivas. ▪ Desresponsabilização da família/ parental. ▪ Abandono escolar. ▪ Indisciplina. ▪ Falta de informação (correcta) sobre ofertas formativas. ▪ Falta de recursos humanos (específicos) em áreas como a terapia da fala, serviço social, psicologia, etc.. ▪ Falta de docentes e funcionários para mobilizar/compensar os recursos humanos em falta. ▪ Falta de rentabilização dos manuais escolares. ▪ Encerramento dos Centros de Actividades de Tempos Livres em tempo de férias escolares. ▪ Falta de diálogo entre instituições ligadas à educação.

Oportunidades	Ameaças
▪ Aumento da frota de autocarros municipais. ▪ Obtenção de um maior número de recursos físicos, materiais e pedagógicos que providenciem aprendizagens significativas nos alunos e uma melhor/menor gestão. ▪ Maior número de utentes das piscinas municipais, o que potencializaria os serviços internos de restauração e gestão. ▪ Contratação de motoristas para as interrupções letivas. ▪ Disponibilização de meios de transporte para instituições e clubes. ▪ Ações formativas específicas para educadores e recurso a programas de financiamento sobre educação parental. ▪ Descentralização das ações formativas dirigidas aos pais até ao nível das escolas. ▪ Recurso à Câmara Municipal para divulgação das ofertas formativas ao nível concelhio e alguma ajuda financeira. ▪ Disponibilidade do Município para colmatar eventuais bloqueios. ▪ Clarificação de valências. ▪ Recorrer à Câmara Municipal para o espaço físico e meios humanos (exemplo: Biblioteca Municipal). ▪ Recorrer ao Município para coordenação das IPSS e rede de transportes.	▪ Falta de apoio financeiro. ▪ Dificuldades de integração. ▪ Maior gasto em recursos humanos. ▪ Maior investimento para a contratação de motoristas só para as interrupções letivas. ▪ Falta de motoristas ou aumento de despesas mensais. ▪ Desinteresse/falta de comparência. ▪ Custos. ▪ Currículos da escola são limitados, não indo ao encontro dos interesses de todos os alunos. ▪ Falta de resposta por parte dos organismos centrais. ▪ Falta de adesão na entrega dos manuais e dificuldade de implementação ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico (manuais escritos à mão). ▪ Dispersão geográfica.

4.10.2 Sociais, Saúde e Habitação Social

4.10.2.1 Crianças e Jovens em Perigo

Pontos Fortes ▪ Iniciativas/atividades para angariação de fundos. ▪ Acordos de cooperação com outras entidades. ▪ Voluntariado. ▪ Articulação/parceria das várias entidades. ▪ Existência de familiar(es) com competências para lidar com os menores. ▪ Página na internet da comissão de Proteção de crianças e jovens em perigo. ▪ Conhecimento/sinalização de casos e acompanhamento da CPCJ. ▪ Disponibilidade e boa vontade das instituições em ceder técnica(o)s para participarem nas várias parcerias. ▪ Criação de gabinetes de apoio psicológico, pedagógico e de orientação escolar e profissional. ▪ Criação de turmas de currículos alternativos e de cursos de educação e formação. ▪ Criação de estruturas de apoio às famílias e de promoção de competências parentais.	Pontos Fracos ▪ Famílias disfuncionais, rutura familiar, violência doméstica, falta de competências parentais e negligência. ▪ Alcoolismo. ▪ Insuficiência de acompanhamento às famílias e falta de estruturas que permitam o apoio social e psicológico. ▪ Aliciamento para comportamentos desviantes. ▪ Abandono e desinteresse escolar, falta de estruturas específicas nas escolas para lidar com crianças problemáticas. ▪ Falta de recursos financeiros para apoiar devidamente as crianças nas instituições. ▪ Falta de atividades de tempos livres acessíveis a famílias carenciadas. ▪ Receio em sinalizar situações de perigo.
Oportunidades ▪ Legislação. ▪ Criação de programas de apoio às instituições para a abertura de ofertas acessíveis às famílias carenciadas. ▪ Programas de financiamento que permitam viabilizar as forças identificadas. ▪ Sensibilização das entidades para a integração na vida ativa. ▪ Apoio à colocação de professores e	Ameaças ▪ Ausência de donativos e falta ou insuficiência de apoios financeiros de instituições oficiais. ▪ Inibição na denúncia. ▪ Falta e colocação demorada de recursos humanos, com desfasamento em relação à lei. ▪ Falta de uma equipa de auxiliares que possa dar formação às famílias, para aquisição de competências básicas.

animadores nas instituições/escolas. ▪ Voluntariado, plano dom, acordo-financiamento da Segurança Social para cada jovem. ▪ Famílias de afeto. ▪ Rede de vizinhança e sinalização de situações. ▪ Criação de serviço de consulta einternamento para alcoólicos. ▪ Criação de um gabinete psicossocial.	▪ Falta de consulta de alcoologia e de médicos de família. ▪ Não reconhecimento da doença alcoólica por parte dos próprios. ▪ Recusa das famílias em receber apoios. ▪ Falta de estrutura oficial que dê resposta às crianças dos 0 aos 3 anos.
---	--

4.10.2.2 Deficiência

Pontos Fortes ▪ Existência de alguns cursos de formação. ▪ Disponibilidade de outra instituição em criar outro centro de formação. ▪ Parcerias. ▪ Existência de instituições disponíveis para alargamento das respostas sociais. ▪ Crescente sensibilidade da comunidade. ▪ Gestão eficaz dos recursos. ▪ Instituições disponíveis para alargar o horário de funcionamento, de atendimento e apoio às famílias. ▪ Existência de programas que integram acompanhamento à família (intervenção precoce, instituições educativas e outras respostas sociais).	Pontos Fracos ▪ Falta de sensibilidade das entidades empregadoras para a integração de pessoas com deficiência e insuficiência de formação profissional adaptada às necessidades reais do concelho. ▪ Enorme falta de Lares residenciais para adultos e idosos com deficiência. ▪ Insuficiência na capacidade de resposta, face às necessidades de centros de atividades ocupacionais. ▪ Barreiras arquitetónicas (incluindo pisos inadequados e desnivelados), manifesto incumprimento da lei e falta de instalações sanitárias públicas (marquesa-fraldário), adequadas a pessoas dependentes. ▪ Dificuldades financeiras, humanas e materiais das IPSS, para atenderem às necessidades específicas. ▪ Falta de acompanhamento às famílias (designadamente psicológico), incluindo apoio aos fins de semana, feriados e férias. ▪ Falta de pessoal auxiliar e de professores de educação especial.
Oportunidades ▪ Candidaturas e financiamento para novos cursos. ▪ Aproveitamento dos estabelecimentos de ensino para efectuar estudo sobre as necessidades de formação profissional. ▪ Ações de sensibilização das entidades empregadoras, feitas por entidades externas à instituição.	Ameaças ▪ Não aproveitamento de programas de apoio, por complexidade e excesso de burocracia. ▪ Falsa taxa de cobertura pela existência de duas instituições de cobertura nacional. ▪ Falta de recursos financeiros e humanos. ▪ Incumprimento da lei (barreiras

- Programas de financiamento. - Criação de quotas para o concelho, nas instituições de apoio de âmbito nacional. - Divulgação e sinalização de barreiras arquitetónicas. - Legislação (ex.: barreiras arquitetónicas). - Patrocínios das empresas. - Existência de recursos humanos (ex.: psicólogos) no mercado de trabalho. - Criação de uma equipa de apoio à família ao nível autárquico e da Segurança Social. - Reforço financeiro às respostas já existentes. - Programas de incentivo ao emprego.	arquitetónicas). Visão economicista.
---	---

4.10.2.3 Dependência: Alcoolismo

Pontos Fortes - Inclusão. - Campanhas de sensibilização nas escolas/comunidade em geral. - Acompanhamento à família. - Reforçar o valor do papel educativo da escola e da saúde. - Reforço das operações policiais "STOP". - Linha aberta sobre a "Violência Doméstica". - Isenção das taxas moderadoras. - Consultas/acompanhamento de pessoas com problemas de álcool em Tomar e Santarém.	Pontos Fracos - Exclusão social. - Falta de Respostas Sociais. - Criminalidade. - Desestruturação familiar. - Dificuldade de integração no Mundo do trabalho. - Questão cultural.
Oportunidades - Criação de cursos de ocupação e formação. - Criação de "GAVES"-Gabinetes de Avaliação Educacional. - Criação de escolas de pais. - Parceria da Câmara na sensibilização.	Ameaças - Insucesso escolar e profissional. - Violência doméstica. - Depressão e suicídio. - Transmissão de atitudes e de riscos. - Publicidade/marketing.

4.10.2.4 Dependência: Toxicodependência

Pontos Fortes ▪ Debates e esclarecimentos sobre os perigos. ▪ Identificar parceiros e construir parcerias. ▪ Criação de estruturas ao nível da prevenção primária, tratamento e reinserção. ▪ Responsabilização e envolvimento da comunidade. ▪ Criação de respostas sociais. ▪ Criação de equipas multidisciplinares de acompanhamento e promotoras de relação familiar e parental saudável. ▪ Criação de programas de formação para quem tem a função de motivar e encaminhar de acordo com as expectativas dos jovens ao nível escolar e profissional. ▪ Criar programas de sensibilização que envolvam a participação ativa dos jovens. ▪ Promover campanhas de sensibilização e informação sobre a problemática e apresentação de soluções, envolvendo todos os educadores (escola e família) e jovens.	Pontos Fracos ▪ Falta de vigilância na proximidade das escolas. ▪ Falta de estruturas de apoio e respostas sociais. ▪ Violência doméstica e desestruturação familiar e parental. ▪ Exclusão social. ▪ Insucesso escolar e profissional e consequente falta de motivação e expectativas.
Oportunidades ▪ Definir papéis dos parceiros. ▪ Implementar sistema de vídeo vigilância (interior e exterior). ▪ Aumentar a permanência da “Escola Segura”. ▪ Envolvimento das redes de vizinhança. ▪ Participação ativa da família. ▪ Envolvimento de grupos diferenciados da comunidade na parceria. ▪ Candidaturas a programas financiados. ▪ Ações de sensibilização e potenciadoras de envolvimento da comunidade e das empresas. ▪ Criação de equipa multidisciplinar pelo Município para trabalho de prevenção,	Ameaças ▪ Falta de recursos técnicos/financeiros. ▪ Recusa de participação dos parceiros. ▪ Reprovação das candidaturas. ▪ Recusa de participação nas ações e soluções propostas. ▪ Não aprovação das candidaturas. ▪ Inviabilidade na criação de programas de formação por falta de meios técnicos, humanos e financeiros. ▪ Incapacidade do agente motivador. ▪ Desinteresse dos jovens na participação ativa.

acompanhamento e esclarecimento junto das escolas, famílias e comunidade.	
▪ Criação de projeto de equipa multidisciplinar no apoio à vítima de violência doméstica e familiar, tendo como base de apoio a parceria bem delineada com intervenientes das principais áreas da sociedade, designadamente Forças de Segurança, Saúde, Ministério Público, Autarquia e Juntas de Freguesia (candidatura a programas financiados). ▪ Maior Intervenção e envolvimento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. ▪ No âmbito da escola, desenvolver ações de formação para os agentes motivadores (professores, equipa multidisciplinar e família e alunos). ▪ Envolver o meio empresarial e ressaltar a sua importância enquanto participante ativo na solução do insucesso profissional.	

4.10.2.5 Desemprego

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Divulgação dos programas de apoio existentes, inclusive a sua integração em agendas de boas práticas. ▪ Intervenção precoce nas estruturas escolares para sensibilização dos jovens para a formação profissional.	▪ Falta de sensibilização e capacidade das empresas e estruturas associativas sem fins lucrativos na integração em mercado de trabalho de franjas sociais mais problemáticas, como por exemplo beneficiários do Rendimento Social de Inserção e famílias com baixas qualificações. ▪ Dispersão geográfica e falta de uma rede de transportes abrangente, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e à formação profissional. ▪ Estruturas familiares débeis, com problemas de insucesso escolar, poucos recursos e baixas qualificações. ▪ Desadequação entre o perfil dos desempregados e as ofertas de trabalho. ▪ Precariedade no trabalho. ▪ Problemas financeiros das empresas. ▪ Desajustamento entre os salários e as qualificações profissionais (preferência por

	mão de obra barata, apesar de qualificada). - Desempregados preferem emprego e não trabalho, face à excessiva dependência e comodismo do subsídio, sendo demasiado seletivos nas ofertas de trabalho. - Discriminação em função da idade. - Desvalorização/preconceito face a determinadas profissões.
Oportunidades - Influência da Política Autárquica na flexibilidade da rede de transportes - procurar uma redefinição de horários mais compatíveis com as necessidades. - Criação de grupos de intervenção acompanhamento às famílias mais carenciadas e onde se verifique casos de insucesso escolar. - Sensibilização a nível nacional para a valorização de certas profissões menos populares. - Promoção de programas de apoio ao desenvolvimento empresarial ao nível regional (intensificando os contactos com Associações Empresariais do concelho).	Ameaças - Dispersão de currículos de formação. - Política de imigração (maior controlo por parte do serviço de estrangeiros e fronteiras e da autoridade para as condições do trabalho).

4.10.2.6 Envelhecimento

Pontos Fortes - Privilegiar os Centros de Convívio já existentes. - Projetos de construção de Lares já aprovados pelas entidades competentes. - Rentabilizar infraestruturas existentes. - A existência de Serviço de Apoio Domiciliário em várias IPSS. - Instituições com camas para Cuidados Continuados. - Intercâmbio com enfermeiros afetos aos Centros de Saúde. - Disponibilidade dos técnicos para participarem e encaminharem para a solução de situações. - Alcance das autarquias e IPSS na	Pontos Fracos - Falta de ocupação e valorização do tempo dos idosos. - Falta de Lares comparticipados pela Segurança Social. - Falta da resposta social Centros de Noite. - Falta de valorização do apoio domiciliário e necessidade de alargamento (horário e nº de dias) do apoio domiciliário. - Falta de médicos de família e de Cuidados Continuados. - Falta de parceria, articulação, informação e comunicação entre várias entidades, designadamente entre os Hospitais e as Instituições. - Falta de consciencialização/ sensibilização e desresponsabilização das famílias. - Isolamento/solidão.
--	--

promoção do debate e divulgação de informação. ▪ CNIS, enquanto grande representante das instituições com voz ativa junto de entidades governamentais. ▪ Subsídios e apoios da Segurança Social.	▪ Não dar a devida importância às políticas de apoio à terceira idade. ▪ Pobreza. ▪ Falta de condições habitacionais. ▪ Maus-tratos (sinalização e encaminhamento).
Oportunidades ▪ Estabelecer parcerias com as entidades locais e estatais (Juntas de Freguesia, Câmara e IPSS). ▪ Candidaturas aos programas de financiamentos. ▪ Nº elevado de listas de espera. ▪ Envolvimento e motivação da comunidade. ▪ Envelhecimento elevado da população. ▪ Aproveitar as residências de idosos, reestruturá-las e adaptá-las, pois estes têm receio de estar sozinhos durante a noite. ▪ A vontade dos idosos em se manterem nas suas próprias residências. ▪ A sensibilidade da comunidade em geral para o problema da falta de médicos de família. ▪ Aumento da esperança de vida e a promoção de cuidados primários de saúde. ▪ A preocupação constante para as questões da saúde. ▪ Reuniões entre parceiros. ▪ Meios de comunicação social, párocos e comunidade importantes na promoção do debate e divulgação da informação. ▪ Banco de voluntariado; ▪ Procurador, em tomar, responsável pela questão dos maus-tratos a idosos, a linha de apoio ao idoso e as Forças Policiais.	Ameaças ▪ Falta de recursos humanos e materiais. ▪ Parecer negativo às candidaturas (PARES e POPH). ▪ Demora na resposta da Segurança Social aos pedidos de apoio. ▪ Incapacidade económica das instituições. ▪ Falhas nos acordos, recursos humanos e infraestruturas. ▪ Recusa das famílias em apoiar melhorias nas habitações dos idosos. ▪ Más condições habitacionais que dificultam a permanência no domicílio. ▪ Incapacidade económica dos idosos para realizar obras nas suas casas. ▪ Falta de médicos de família. ▪ Falta de apoios financeiros suficientes para os Cuidados Continuados. ▪ Falta de informação e correta divulgação. ▪ Falta de encaminhamento por parte dos organismos competentes. ▪ Falta de vagas. ▪ Inexistência da especialidade de geriatria em Portugal. ▪ Falta de disponibilidade de alguns parceiros para participarem e ausência de entidade/técnico que lidere o processo. ▪ Resistência à mudança por parte do público-alvo. ▪ Crise económica. ▪ Falta de poder reivindicativo dos idosos. ▪ Elevado custo dos medicamentos.

	▪ Falta de capacidade de gestão dos recursos. ▪ Falta de acompanhamento por desconhecimento das situações. ▪ Estereótipos sobre a velhice (falta de informação e debate sobre o tema).
--	--

4.10.2.7 Pobreza e Exclusão Social

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Vontade/predisposição para a criação de estruturas de apoio. ▪ Existência de terrenos e outros recursos para a construção de equipamentos. ▪ Recursos humanos. ▪ Contributo valioso das técnica(o)s das instituições na prestação de esclarecimentos, encaminhamento dos problemas e responsabilização dos beneficiários de subsídios para a sua autonomização. ▪ Existência de respostas sociais. ▪ Apelo à responsabilidade e solidariedade social e diligências junto de entidades patronais e centro de emprego, para colocação/integração profissional dos utentes. ▪ Espírito altruísta e de voluntariado. ▪ Existência de projetos nas áreas mais problemáticas. ▪ Existência de recursos físicos. ▪ Rede social, fórum local de diálogo/debate alargado. ▪ Consciência local da necessidade de alteração de meios de prova para atribuição de subsídios. ▪ Criação de instrumentos que identifiquem a realidade sócio-económica dos agregados familiares, apoiados em vários níveis. ▪ Reconhecimento de problemas e vontade em constituir parcerias para reflexão e solução.	▪ Falta de recursos humanos e financeiros das entidades e instituições dificultam a intervenção para debelar a pobreza e promover a inclusão social, bem como a criação de estruturas de apoio que conduzam à integração social. ▪ Baixo nível escolar, social e cultural, défice emocional e falta de formação das famílias carenciadas, para assegurar a estruturação pessoal/familiar e para gerir os vários recursos com vista à autonomização, quebrando o ciclo da pobreza. ▪ Desemprego, falta de competências e qualificações profissionais e barreiras sociais à integração sócio-profissional. ▪ Aumento do custo de vida e rendimentos insuficientes face às despesas básicas, o que contribui para o agravamento das desigualdades sociais. ▪ Falta de apoios e equipamentos comparticipados pela Segurança Social para idosos, deficientes e vítimas de violência doméstica. ▪ Falta de apoios e equipamentos comparticipados pela Segurança Social para imigrantes e doentes psiquiátricos. ▪ Injustiça na atribuição de subsídios (declarações que são solicitadas são insuficientes para avaliação). ▪ Demasiado protecionismo nas políticas/respostas sociais (subsídio dependência). ▪ Resistência à ajuda. ▪ Dificuldade na interligação e sensibilidade das entidades/instituições.

▪ Gabinete de Apoio ao Consumidor. ▪ Criação da “Casa Abrigo” para vítimas de violência. ▪ Afetação de técnico dinamizador da rede social.	▪ Demasiada burocracia que impede a resolução dos problemas e contribui para o seu agravamento. ▪ Falta de levantamento das pessoas sem-abrigo.
Oportunidades ▪ Apresentação de candidaturas a programas de financiamento. ▪ Apoio da Rede Social da Autarquia. ▪ Entidade reguladora/fiscalizadora da atribuição de subsídios. ▪ Alteração das políticas de atribuição de subsídios (subsídio/contrapartida). ▪ Formação para a aquisição de competências de gestão pessoal, doméstica para os beneficiários de subsídios. ▪ Existência de programas e financiamentos. ▪ Envolvência das parcerias. ▪ Projetos de formação específica para os utentes. ▪ Formação profissional. ▪ Disponibilização de dados para comprovação de casos duvidosos na atribuição de subsídios. ▪ Instituto Politécnico de Leiria pode constituir-se como parceiro privilegiado na reflexão para a solução de problemas. ▪ Entidades Nacionais que prestam apoio específico. ▪ Enquadramento legal. ▪ Simplex..	Ameaças ▪ Reprovação das candidaturas. ▪ Falta de apoio da rede social e da autarquia. ▪ Falta de recursos humanos e financeiros. ▪ Dificuldades na criação de uma entidade reguladora de subsídios. ▪ Resistência/falta de receptividade a medidas inovadoras, por parte de utentes e entidades. ▪ Inadequação de programas face às necessidades. ▪ Falta de incentivos às empresas para a contratação de indivíduos desempregados. ▪ Falta de oportunidades de emprego. ▪ Inexistência de entidade vocacionada a área específica dos imigrantes. ▪ Falta de informação sobre os apoios. ▪ Falta de poder da decisão local na definição de prioridades, aquando da apresentação de candidaturas. ▪ Lei da Proteção de Dados. ▪ Agravamento e prolongamento da crise económica. ▪ Estado “embrionário” da Rede Social. ▪ Vontade local para dinamizar o funcionamento da Rede Social (limitação da disponibilização de um técnico a tempo inteiro).

4.10.2.8 Violência e Crime

Pontos Fortes ▪ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Projeto de Intervenção Precoce, Centro de Recursos para a Inclusão, Serviços da Segurança Social, Escolas, Centros de Acolhimento Temporário e Programa Escola Segura. ▪ Centro de Saúde. ▪ Unidades de Inserção na Vida Ativa e cursos de Formação par Desempregados; ▪ Existência de Parcerias. ▪ Sistema de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Ourém.	Pontos Fracos ▪ A falha de juízo moral (normas e regras socioeducativas), de regras parentais e a disfunção familiar. ▪ Desemprego e dificuldades sociais e económicas crescentes. ▪ Perturbações e desequilíbrios psicológicos em alguns cidadãos. ▪ Dependências do Álcool e Droga. ▪ Grupos de risco/comportamentos desviantes. ▪ Desentendimentos por causa da titularidade e confrontações de terrenos. ▪ Isolamento geográfico.
Oportunidades ▪ Criação e reforço de parcerias. ▪ Criação de equipa que atue em casos "Borderline" e ao nível da prevenção. ▪ Criação de serviço de apoio psicológico. ▪ Criação de Centro de Ocupação de Tempos Livres, ao longo do ano, para crianças e jovens de famílias desfavorecidas. ▪ Candidaturas para financiamento de cursos. ▪ Criação de Serviços de Alcoologia no concelho. ▪ Sessões de esclarecimento sobre droga. ▪ Promoção de maior vigilância na escola e nas proximidades. ▪ Criação de um serviço de mediação, para resolver conflitos sobre terrenos. ▪ Elaboração de candidatura ao Programa "Mais Escolhas". ▪ Envolvimento dos escuteiros. ▪ Criação de rede de transportes regular que responde às necessidades de transporte das pessoas e crianças para participar nas actividades desportivas e	Ameaças ▪ Falta de eficácia e revisão da legislação para proteção e intervenção em todas as situações. ▪ Falta de recursos financeiros. ▪ Falta de sensibilidade política. ▪ Famílias não colaborantes. ▪ Falta de recursos humanos. ▪ Falta de civismo. ▪ Falta de uma entidade coordenadora dos projetos. ▪ Falta de uma equipa que identifique as necessidades e trabalhe soluções com efetiva disponibilidade.

de lazer.	
Aumentar a área que foi abrangida pelo miniautocarro "Ponto Giro", passando por localidades limítrofes à sede do concelho, como Alburitel, Seiça, Zambujal, etc..	

4.10.2.9 Saúde

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Pressão política junto do Ministério da Saúde, para responder às necessidades do concelho. - Existência de um atendimento complementar das 8 às 24 horas, todos os dias da semana. - Existência de infraestruturas para a realização de consultas de várias especialidades. - Vontade da população na reabertura do Serviço de Urgência. - Necessidade de satisfação dos utentes e seus familiares nas situações de isolamento. - Dar cumprimento à lei que estabelece novas condições para todas as valências.	- Falta de profissionais de Saúde (médicos). - Falta de Serviço de Urgência. - Cerca de 16 mil pessoas sem médico de família. - Má relação médico/utente. - Falta de sinalização/diagnóstico das pessoas que vivem sós e que não recorrem aos serviços de saúde. - Falta de consultas de saúde mental nos Centros de Saúde. - Falta de equipas multidisciplinares para apoio no domicílio. - Falta de capacidade de resposta do Centro de Saúde de Fátima que encaminha utentes para o Centro de Saúde de Ourém, o que sobrecarrega o atendimento complementar em Ourém. - Falta de especialidades médicas no Centro de Saúde de Ourém, designadamente em pediatria, obstetrícia/ginecologia. - Falta de tipologia de convalescença, de média duração e reabilitação, no âmbito da rede nacional de Cuidados Continuados. - Leis e comportamentos desajustados (das entidades competentes e dos utentes). - Falta de substituição atempada dos médicos, quando ausentes. - Ministério da Saúde, entidade decisora, tarda em dar resposta às múltiplas solicitações, designadamente à colocação de médicos. - Instalações inadequadas face à nova reorganização do Centro de Saúde.

Oportunidades	Ameaças
▪ Incentivos à colocação de médicos no concelho. ▪ Criação de estágios nos Centros de Saúde de Ourém e Fátima, para fixar médicos. ▪ Solicitação de apoio dos médicos especialistas no grupo Médio-Tejo. ▪ Celebração de protocolos entre os Centros de Saúde do concelho e o Centro Hospitalar do Médio-Tejo. ▪ Contratação de equipa externa para fazer Serviço de Urgência. ▪ Apresentação de candidaturas. ▪ Possibilidades das IPSS e Privados apresentarem candidaturas. ▪ Estabelecimento de parcerias para avançarem com a sinalização dos casos de pessoas que vivem sós. ▪ Possíveis contributos da Autarquia, em termos de instalações, remodelações, etc.. ▪ Pressão do Município junto do Ministério da Saúde.	▪ Falta de planeamento rigoroso no levantamento da falta de médicos e da sua colocação. ▪ Pouca sensibilidade por parte dos especialistas do Centro Hospitalar do Médio-Tejo. ▪ Provável falta de vontade política em colocar o serviço de saúde a funcionar. ▪ Demora na avaliação das candidaturas, devido às exigências que são colocadas. ▪ Falta de recursos humanos e materiais. ▪ Dificuldades financeira do Ministério da Saúde.

4.10.2.10 Habitação

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Protocolos integrados entre Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Governo no âmbito das Redes sociais. ▪ Recuperação de casas antigas. ▪ Cedência de terrenos por parte das Juntas de Freguesia e Câmara. ▪ Benefícios fiscais e isenção de taxas à recuperação de habitações por parte da Câmara. ▪ Promoção do alojamento. ▪ Recuperação de escolas. ▪ Construção de bairros sociais adotados às necessidades da população. ▪ As forças políticas do concelho e as políticas governamentais.	▪ Falta de estratégia/política social de habitação (intervenção). ▪ PDM impossibilita a construção em zonas com infraestruturas. ▪ Necessidade de reavaliação do I.M.I.. ▪ Falta de respostas sociais (habitação temporária). ▪ Falta de estrutura básicas (ligação da água, eletricidade, saneamento e instalações sanitárias). ▪ Falta de habitação social permanente. ▪ Habitações degradadas/barracas. ▪ Falta de apoio ao arrendamento. ▪ Falta de terrenos baratos.

	Falta de incentivo à habitação para jovens (jovens fixam-se em concelhos limítrofes).
Oportunidades Candidaturas aos diferentes programas governamentais que incrementem e concedam apoios sociais às populações carenciadas.	Ameaças - Falta de verbas. - Falta de decisões políticas corretas que invertam a situação. - As diferentes entidades não aderirem aos diferentes protocolos. - Não aprovação de candidaturas.

4.10.3 Culturais e Desportivos

Pontos Fortes - Forte representatividade associativa no concelho, com dinâmicas regulares e de proximidade/envolvimento da população local. - A diversidade de equipamentos, sobretudo desportivos e de recreio, distribuídos no território concelhio. - A distribuição dos equipamentos culturais e desportivos pelos principais aglomerados urbanos promove a descentralização do acesso à prática cultural e desportiva	Pontos Fracos - Funcionamento da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipal em instalações não municipais e não programadas para o efeito. - Ausência de um pavilhão polidesportivo municipal na cidade-sede, que permita uma resposta às exigências inerentes à prática desportiva a cidade. - Sinalização deficitária dos equipamentos destinados ao turista/visitante não residente, nomeadamente nos casos dos Museus e Centros de Interpretação. - Ausência de um auditório com capacidade intermédia entre os auditórios municipais (90 e aprox. 400 lugares) e características técnicas indispensáveis ao acolhimento de determinados espetáculos. - Distância excessiva da população residente nas freguesias de extremidade concelhia em relação aos equipamentos sedeados na cidade (fator condicionado pela dimensão territorial do concelho).
Oportunidades - Programa/projeto em curso para a construção da Biblioteca/Arquivo Histórico e auditório municipal com capacidade de resposta às limitações já assinaladas. - Organização das Bibliotecas Escolares, com possibilidade de alargar o acesso à população residente nas localidades mais próximas e, consequentemente, resultando uma maior proximidade entre o livro e o leitor.	Ameaças Envelhecimento populacional e acentuado decréscimo populacional em determinadas freguesias, com repercussões eventuais na dinâmica associativa, na prática cultural e desportiva e na gestão dos equipamentos culturais/desportivos propriedade/tutela das coletividades.

▪ Reforço de um trabalho articulado entre os organismos de gestão dos museus/centros de interpretação concelhios e os agentes turísticos e económicos locais e supra-locais.	
--	--

4.11 Turismo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ População residente maioritariamente jovem. ▪ Dinâmica crescente na atividade turística. ▪ Posicionamento geográfico central no país, dotado de bons acessos. ▪ Abundância de recursos naturais. ▪ Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossauros, Santuário, Museus, Castelo, etc.). ▪ Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral. ▪ Existência de uma Escola de Hotelaria de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos. ▪ A cidade de Fátima que apresenta atividade turística consolidada, uma crescente aposta do Santuário de Fátima e dos agentes turísticos locais na consolidação de Fátima enquanto destino religioso. ▪ Participação da cidade em projetos de cooperação internacional. ▪ Núcleo religioso que contém o Santuário e a Igreja da Santíssima Trindade. ▪ Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional. ▪ Motivação dos investidores privados para o investimento turístico na cidade	▪ Imagem turística da cidade de Fátima como espaço desqualificado. ▪ Deficientes condições para acolher grandes fluxos de visitantes. ▪ Falta de sinalética direcional e turística. ▪ Deficiente gestão de fluxos dos visitantes. ▪ Desqualificação urbanística. ▪ Degradação Paisagística. ▪ Congestionamento do trânsito. ▪ Acessos insuficientes e em mau estado de conservação. ▪ Conflito de usos veículos – peão (residentes, peregrinos, visitantes), em Fátima. ▪ Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural. ▪ Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém. ▪ Reduzido aproveitamento turístico da sede de município devido à proximidade de Fátima. ▪ Deficientes acessibilidades transversais. ▪ Baixa qualidade no serviço ferroviário. ▪ Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater.
Oportunidades	Ameaças
▪ Importância internacional de Fátima, qualificação e inovação da imagem de cidade de turismo religioso. ▪ Implementação de projetos inovadores de gestão de fluxos de visitantes e gesto de tráfego.	▪ Qualificação dos núcleos turísticos nacionais. ▪ Desvio dos fluxos turísticos e de peregrinos para os centros religiosos dotados de melhores condições de acesso e acolhimento dos visitantes.

▪ Exploração urbana e imaterial do conceito “Cidade da Paz”. ▪ Grandes eventos religiosos como promotores de grandes investimentos público – privados. ▪ Comemoração do centenário do Milagre de Fátima (1917-2017). ▪ Regeneração urbana e turística e marketing territorial. ▪ Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém – Fátima). ▪ A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município. ▪ Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial - Património da Humanidade. ▪ Qualificação e competitividade de outras cidades santuário europeias. ▪ Peregrinos e turistas mais exigentes.	▪ Organização em rede de cidades de pequena e média dimensão. ▪ Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima. ▪ Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo de Leiria). ▪ Atrasos na construção do IC 9, gerando problemas nas acessibilidades intra-municipais e inter-urbanas. ▪ Extensão da área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada.
--	--

4.12 Património

Pontos Fortes	Pontos Fracos
▪ Diversidade cronológica, territorial, tipológica, técnica e material dos bens patrimoniais inscritos no município, assegurando a sua representatividade enquanto expressão unitária. ▪ Aumento progressivo da sensibilidade da população para a importância da salvaguarda do património, em resultado do aumento de formação dos cidadãos residentes e de ações de sensibilização concertadas entre os diferentes organismos competentes. ▪ Criação de um serviço técnico municipal com atuação específica em matéria de estudo, salvaguarda e difusão do património cultural do município, público e particular. ▪ A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001, promoveu novos progressos na legislação ao serviço da proteção e da valorização do património cultural, constituindo-se como um importante instrumento gestão patrimonial ao nível	▪ O PDM em vigor é omissivo quanto às normas e mecanismos de salvaguarda a aplicar nos valores patrimoniais elencados em documento anexo ao plano. ▪ A maioria dos bens patrimoniais inscreve-se em propriedade privada, o que, face à omissão constante no PDM, dificulta a atuação do município em matéria de salvaguarda. ▪ Em lista de valores patrimoniais elencados no atual PDM não constam bens cujos critérios de apreciação justificam a sua inclusão, pelo que nos últimos anos vários espécimes foram sujeitos a intervenções lesivas.

dos bens classificados patrimonialmente.	
Oportunidades ▪ Concretização do processo de prospeção, identificação, registo e pré-inventário dos bens patrimoniais arqueológicos e arquitetónicos concelhios, viabilizando uma leitura do panorama patrimonial concelhio e consequentemente a elaboração de um instrumento de gestão adequado a cada bem patrimonial sinalizado. ▪ Intervenções de salvaguarda e reabilitação dos bens patrimoniais com vista à promoção turística do município e, consequentemente, ao desenvolvimento económico. ▪ Está programada a conceção de um plano de Pormenor e Salvaguarda para o Centro Histórico/Vila Medieval em Ourém, bem como a intervenção de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes. Este instrumento normativo deverá apresentar diretrizes para as intervenções públicas e privadas no espaço intra-muralhas. ▪ Existem bens que não revelam pertinência para serem submetidos a um processo de classificação patrimonial, mas devem merecer uma ação de salvaguarda via registo e inventário (nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001, artigo 16.º), que deverá figurar através de linhas orientadoras constantes em PDM.	Ameaças ▪ Os bens Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público, nomeadamente o Castelo, Paço dos Condes e Vila Medieval de Ourém estão desprovidos de um Plano de Pormenor e Salvaguarda, clarificador das medidas ajustadas à respetiva salvaguarda e valorização. O Castelo e o Paço dos Condes especificamente não foram submetidos, até ao presente, a um processo de reabilitação.

4.13 Síntese e Diagnóstico prospetivo

O município de Ourém possui cerca de 46 000 habitantes, dispersos ao longo de aproximadamente 417 km². É composto por 18 freguesias e insere-se na região do Médio Tejo, numa posição de charneira entre litoral e interior.

a) Enquadramento Territorial

O território municipal de Ourém integra o maior sistema urbano nacional, que une policêntricamente Lisboa e Porto, é servido por boas acessibilidades rodoviárias, possui um relacionamento funcional forte com a região de Leiria e tem um elevado grau de centralidade, já que na sua envolvente encontram-se seis municípios distintos.

Existem vários planos e programas que norteiam a estratégia de planeamento do município, sendo de relevar o facto de este integrar a NUT II do centro, cujo objetivo estrutural é o de “convergência”.

Essa posição de charneira pode ser uma ameaça a médio prazo, se o município perder o papel de *playmake'r* regional, passando a uma posição de marginalização face às regiões das quais é território de transição.

Uma debilidade existente no município, que se tem vindo a atenuar com a desconcentração das organizações da administração pública, é o facto de pertencer ao Distrito de Santarém, sendo que em termos de afinidade e geografia o mais natural era pertencer ao Distrito de Leiria.

Não se pode descurar também a excessiva fragmentação administrativa do território, 18 freguesias, o que pode vir a ser melhorado com uma reorganização administrativa feita com critério e razoabilidade.

O procedimento de revisão do PDM é por si só sinal de esperança, respondendo aos problemas e constrangimentos que têm adiado a afirmação do território.

b) Caracterização Biofísica

Ourém é um município com muitas particularidades a nível biofísico, com potencial ecológico, espeleológico, agrícola, etc.. Trata-se de um território onde 36% do espaço apresenta baixos declives, e onde 44% tem uma orientação favorável, a sul e a oeste.

Existe uma variedade considerável de recursos minerais, várias espécies faunísticas e florísticas protegidas, uma espécie de lampreia quase única (de riacho) e inúmeras espécies de morcegos.

¹ - Aquele que organiza o jogo, que dá cartas, que polariza politicamente.

Associado a essa riqueza existe um vasto património natural, por vezes considerados espaços Rede Natura 2000, ou outros contendo fontes, trilhos de dinossauros e património geomorfológico, como o canhão fluviocársico do Agroal, grutas, lapias, etc..

Quando à ocupação do solo é feita predominantemente com florestas e espaços agrícolas, sendo que dentro desses o olival e a vinha são as culturas dominantes.

Como pontos negativos de referir que a maioria do concelho possui uma orientação a norte e este, existem várias pedreiras na parte sul cuja exploração induz impactes cumulativos na paisagem, qualidade de água e do ar.

As espécies florestais existentes são muito suscetíveis a incêndios florestais, pelo que em termos de aproveitamento agrícola a maioria dos solos têm uma fraca capacidade de uso.

As oportunidades para o desenvolvimento do território podem residir num potencial de vinhas e olival sobexplorado, bem como num vasto património natural que pode ser aproveitado para turismo de natureza, observação de aves, entre outros.

Neste setor há que ter atenção à propagação das espécies invasoras, ou de pragas como o Nemátodo do pinheiro.

O induzir de mais e melhores práticas agrícolas podem a vir combater os incêndios florestais, da mesma forma que ajudam a minimizar a poluição dos aquíferos.

c) Demografia

Estima-se para o horizonte de 10 a 20 anos que a população residente no município de Ourém estabilize entre os 45 000 e os 50 000, continuando presumivelmente a ser o município com o maior quantitativo populacional do Médio-Tejo. Tem-se verificado a este propósito um aumento do número de famílias, bem como a estabilização da taxa de mortalidade.

Há semelhança do que acontece em outros territórios têm se sentido um envelhecimento crescente da população, com a taxa de mortalidade a ser superior à de natalidade. Os baixos níveis de instrução correspondem às freguesias mais envelhecidas, havendo no município a oferta de todos os níveis de instrução, menos a superior.

Esse facto pode entender-se como uma oportunidade os jovens formarem-se nas melhores escolas do país e retornarem à sua terra, contribuindo para a sua promoção e desenvolvimento, ou então uma ameaça, se este município não for atrativo o suficiente para retornarem.

Existe u uma reserva de mão de obra no município com conhecimento técnico relevante, em áreas como a construção civil, serralharia, entre outras, o que poderá ser visto como uma vantagem, da mesma forma que o aumento dos níveis de instrução devem ser encarados.

As ameaças centram-se essencialmente no decréscimo populacional que ocorreu na maioria das freguesias, com mais de 30% da população a viver agora nas cidades. A emigração, associada á débil conjuntura económica, tem ajudado também a diminuição do número de jovens.

d) Estrutura Económica

A maioria da população residente tem como principal meio de vida o trabalho, sendo que a maior fatia é de empregados por conta de outrem. Infelizmente, de entre da população desempregada, a maioria vive a cargo da família, já na população sem atividade económica os reformados representam o triplo do número de estudantes.

Existem índices de desemprego superiores nas mulheres que nos homens, sendo que desse desempregados um terço está à procura do primeiro emprego.

Apesar disso Ourém é dos municípios do Médio-Tejo com uma taxa de desemprego menor.

Tem se notado um forte decréscimo de população empregada no setor primário, o que pode ser revertido com a dinamização da atividade agrícola de produção, enquanto por outro lado, existiu um forte acréscimo de população no setor terciário, muito relacionado com o Turismo, e logo com refém da sua sazonalidade e da conjuntura económica.

O setor secundário é maioritariamente composto por indústrias transformadoras e pelo setor da construção civil, economicamente muito vulneráveis.

e) Indústria

O atual PDM prevê zonas e espaços industriais um pouco por todo o concelho, o que representa o pendor empreendedor do município, não esquecendo que a indústria representa uma fatia relevante da população empregada no setor correspondente.

Infelizmente o grau de execução das zonas industriais é ainda muito incipiente, sendo que algumas dessas zonas industriais estão sobrepostas com RAN e REN.

f) Habitação e Dinâmica Urbanística

Houve entre 2001 e 2011 uma forte variação do número de alojamentos nas freguesias de Fátima, Caxarias, N. S.ª da Piedade e Alburitel, sendo que os territórios onde houve uma maior flutuação do número de edifícios foram os de Fátima, Caxarias e Alburitel. Ultimamente, em vez de construções novas, tem havido antes um aumento de pedidos para ampliação de construções existentes.

Nota-se um envelhecimento do parque habitacional, uma elevada proporção de alojamentos vagos destinados a arrendamento e uma reduzida proporção de alojamentos arrendados.

g) Povoamento e Rede Urbana

Grande parte do território municipal é povoado por espaços florestais, fundamentais no equilíbrio do território e relevantes em termos económicos. Cerca de 46% da população do município reside no lugar mais populoso da sua freguesia, sendo que as cidades de Ourém e Fátima polarizam fortemente o tecido urbano municipal, conferindo identidade ao território, em complemento com os restantes aglomerados do concelho.

Trata-se de um território fragmentado por um grande número de pequenos aglomerados, mais evidente na parte norte, já que a maioria da população vive na parte sul.

Essa fragmentação é ainda mais evidente quando cerca de 60% dos aglomerados possuem menos de 100 habitantes.

Em termos de povoamento urbano a maioria das áreas edificadas são dispersas ou lineares, existindo uma identidade própria associada a esse tipo de edificação, além de padrões históricos relativos à prática de agricultura de subsistência nas proximidades dos aglomerados.

Denota-se uma grande fragmentação da estrutura fundiária, o que dificulta a rentabilização dos solos para a agricultura.

Associado a este povoamento e estrutura urbana existem grandes eixos a potenciar, principalmente o eixo de crescente relevância regional Fátima-Ourém.

Se por um lado se torna difícil manter/estender as infraestruturas até alguns aglomerados, por outro lado a desertificação em aglomerados rurais, agudizada pelas dificuldades criadas pelos IGT, pode por em causa o conceito de desenvolvimento rural.

h) Acessibilidades Mobilidade e Transportes

O município de Ourém encontra-se junto da A1, e desse modo da rede transeuropeia, a uma distância temporal reduzida das cidades de Lisboa e Porto.

Existe neste território uma vasta rede rodoviária, tão importante como o atravessamento pela linha ferroviária do norte, com estação na freguesia de Caxarias (seis ligações diárias para as principais cidades do país).

As duas cidades são servidas por um número suficiente de estacionamento, existindo uma vasta rede de Transporte Coletivo (TC), sendo que Fátima é das cidades com maiores ligações regionais em TC, pela Rede de Expresso.

A média de Táxis no município é superior à média regional, existem excelentes condições para a homologação de caminhos pedestres, ciclovias e outras formas de transporte suaves.

Infelizmente o consumo *per capita* de combustível fóssil, no município, é superior à média nacional, o que revela uma forte dependência do automóvel, cuja renovação tem sido ténue.

É dos concelhos que apresenta níveis de sinistralidade superiores, ocorrendo no território um grande polo atrator de tráfego, Fátima.

Algumas das freguesias não integram a rede rodoviária complementar, é necessário um tempo elevado de percurso para se ir da parte sul à parte norte do território.

Existem também fortes assimetrias em termos de densidade da rede rodoviária por freguesia, sendo que a maioria das vias apresentam perfis transversais exíguos face ao seu papel hierárquico.

Há um subaproveitamento e uma falta de estratégia evidente para os caminhos de Fátima, e embora exista uma vasta rede de transporte coletivo, ocorrem freguesias que não são servidas por carreiras inter-concelhias, os horários são reduzidos, nomeadamente fora do período escolar e ao fim de semana.

O processo de revisão do PDM pode considerar-se como uma oportunidade para articular o planeamento do território, com o do transporte e mobilidades, através da valorização de novos conceitos como a mobilidade sustentável e os modos suaves de transporte.

A construção do IC 9 melhorará consideravelmente as acessibilidades transversais entre este e oeste, melhorando a articulação com a ER 356 e desse modo ao norte do concelho.

Este novo itinerário funcionará até certa medida como uma circular externa à cidade de Ourém, libertando-a do tráfego de atravessamento, em especial o pesado, conferindo-se como uma oportunidade para a requalificação dos troços em meio urbano, em particular a Avenida D. Nuno Álvares Pereira.

Existe a possibilidade de homologação de vários percursos pedestres e a inclusão destes na Grande Rota Transeuropeia. Embora seja uma conclusão arriscada, entende-se que o aumento do preço dos combustíveis pode resultar em maior procura de transporte coletivo. Por outro lado a retração económica pode levar à falta de investimento no transporte público, e o manter das atuais ligações rodoviárias ao norte do município pode levar à perda de competitividade económica desse território.

Verificam-se ainda fortes complexos na introdução de modos suaves de transportes, no estabelecimento de um *traffic sharing* equilibrado. A degradação do estado de conservação das infraestruturas de transportes é outra ameaça a considerar, bem como

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

o desinvestimento na rede de transporte público, uma vez que a população escolar tende a diminuir.

i) Infraestruturas

Quanto à Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana verifica-se que ao longo dos anos houve um aumento da quantidade dos produtos recicláveis recolhidos, e um decréscimo de recolha de resíduos sólidos urbanos. Atualmente a taxa de cobertura do sistema de RSU é de 93,37%, existindo várias campanhas das empresas SUMA e Valorlis para sensibilização da população.

Ocorrem ações de limpeza urbana nas cidades bem como nas sedes de freguesia e consideram-se cumpridas as metas do PERSU II.

Apesar destes pontos positivos a frequência da recolha dos resíduos recicláveis é ainda inferior ao desejável, dadas as dificuldades na colocação de equipamentos de recolha seletiva, e da falta de ecocentros nas freguesias do concelho, que não tem permitido uma gestão mais eficaz.

As oportunidades para esta área podem passar pela otimização dos circuitos e da frequência de recolha, pela colocação de contentores, melhoria das instalações e o alargamento do horário da Estação de Transferência de Gondemaria, bem como no aumentar do depósito para papel cartão, aliado a uma maior articulação entre as entidades.

A dispersão dos aglomerados, principalmente a norte, implica mais custos na recolha de resíduos, sendo que a não previsão no PDM de zonas para infraestruturas de recolha tratamento de lixo é também um impedimento ao melhor desempenho neste setor.

No que concerne ao Abastecimento de Água, a riqueza de água subterrânea em quantidade e qualidade é o principal ponto forte, associado à renovação dos reservatórios por parte da Veólia, e ao prolongamento e renovação de redes.

Têm sido colocados também hidropressores, que permitem qualidades de serviço superiores.

A taxa de cobertura de 90,04% é ainda inferior à considerada pelo plano setorial respetivo, havendo uma taxa de ligação à rede de apenas 78,22%. A idade avançada das infraestruturas de abastecimento provoca ainda bastantes roturas, havendo inclusive captações que ultrapassaram a sua vida útil.

A falta de pressão em alguns lugares do concelho é ainda uma debilidade, tal como as injustiças provocadas pelo PDM, uma vez que a autarquia suporta apenas encargos de ampliações de rede em áreas urbanas, não o fazendo para com construções legalmente existente fora destas.

Existe um plano de investimentos, que permitirá remodelar o sistema de abastecimento de água, é uma oportunidade a ter em conta, bem como a renegociação do contrato de conceção.

A orografia do concelho, nomeadamente no subsistema do Olival, tem exigido soluções técnicas dispendiosas, consubstanciando-se como uma ameaça, da mesma forma que o é a redução do consumo de água por parte dos utilizadores, que coloca em causa a sustentabilidade económica na gestão do sistema.

Neste momento não existem ligações diretas dos coletores de esgotos às linhas de água, havendo ETAR's que tratam todos os efluentes recolhidos, devido ao empenho da autarquia em notificar os casos em que seja possível a ligação ao sistema público de saneamento.

A taxa de cobertura das redes de saneamento é muito inferior ao previsto pelo plano setorial respetivo, 46,08%, em vez de 90%, sendo que da população servida apenas 73,76% tem ligação à rede.

Detetam-se ainda muitas infiltrações de águas pluviais nas redes e emissários e há uma falta de redes em locais com maiores necessidades (equipamentos sociais, etc.). No global verifica-se uma falta de sustentabilidade económica na gestão do sistema de saneamento.

Para mitigar estes problemas pensa-se que a concessão do sistema de saneamento permitirá uma maior capacidade de investimento, com recurso aos fundos comunitários, apesar das ameaças à melhoria destes sistemas, como seja o elevado custo que a Autarquia tem de suportar com o sistema em alta, o elevado montante de investimento que ainda falta para se cumprirem os objectivos setoriais, e claro, a conjuntura de crise, com as suas consequências negativas.

j) Equipamentos Coletivos

Os equipamentos colectivos visam suprir necessidades sociais prementes, conferir qualidade de vida e assistência à população. Esses equipamentos podem ser estudados quanto aos de Educação e Transportes Escolares, aos de apoio a crianças e jovens em Perigo, às populações com deficiência, aos dependentes de álcool, toxicodependentes, desempregados, populações envelhecidas, ao combate à pobreza e exclusão social, à violência e ao crime, à saúde, habitação social e ainda aos equipamentos lúdicos, culturais e desportivos.

No que concerne à Educação e Transportes Escolares têm havido melhorias evidentes, através da construção dos centros escolares, do aumento do tempo de permanência das crianças nos estabelecimentos e da rentabilização dos autocarros e pavilhões. Tem-se conseguido uma identificação precoce de casos de risco, maior envolvimento da

família, a disponibilização de meios de transporte para instituições e clubes, entre outras melhorias assinaláveis.

Apesar disso considera-se que os jovens têm uma carga horária excessiva, não existem espaços adequados para as atividades extra-curriculares, o preço dos bilhetes nas piscinas municipais são elevados, ocorrem casos de desresponsabilização parental, abandono escolar, indisciplina, e falta de recursos humanos e materiais importantes.

Apesar do cenário ainda não ser perfeito já existem um leque de oportunidades a ser exploradas, que melhorarão consideravelmente os aspetos negativos.

Têm existido no município várias atividades e iniciativas de angariação de fundos para as instituições que trabalham com crianças e jovens em risco, alguns acordos de cooperação entre entidades, voluntariado, parcerias, acompanhamento dos casos pela CPCJ, gabinetes de apoio pedagógico e psicológico, etc..

Infelizmente detetam-se ainda casos de famílias disfuncionais, alvos de rutura familiar, alcoolismo, aliciamento para comportamentos desviantes, abandono escolar e também uma falta de estruturas específicas nas escolas para lidar com crianças problemáticas.

Em oposição a esta situação existem redes de vizinhança que devem ser exploradas, podendo-se criar famílias de afeto e potenciar o voluntariado.

A falta de sensibilidade das entidades empregadoras para com as pessoas com deficiência, ou insuficiência de formação, relativamente às necessidades do mercado de trabalho é ainda um ponto fraco. Há ainda uma considerável escassez de lares residenciais, para adultos com deficiência, insuficiente capacidade de resposta face aos centros de atividades ocupacionais e dificuldades financeiras, humanas e materiais, das IPSS.

Apesar disso é de salientar a existência de cursos de formação, de várias parcerias e disponibilidade das associações para alargamento das suas respostas sociais, bem como do seu horário de atendimento.

A falsa taxa de cobertura, devido à existência de duas instituições de cobertura nacional, pode vir a tornar-se uma ameaça, compensada eventualmente pela existência de programas de apoio e financiamento às instituições, pelo mecenato das empresas e por programas de incentivo ao emprego.

O alcoolismo é uma dependência que induz às vítimas dificuldades de integração no mundo do trabalho, provoca a sua exclusão social, a desestruturação familiar e pode levar inclusivamente à criminalidade. Embora não hajam ainda no município as respostas sociais adequadas a este dilema têm vindo a acontecer diversas campanhas de sensibilização nas escolas, tem-se promovido o acompanhamento à família da vítima, havendo consultas em Tomar e Santarém para esses indivíduos dependentes.

No futuro poderá optar-se pela criação de cursos de ocupação e formação, mais debates e esclarecimentos e todo um leque de respostas sociais que previnam estes casos e que acautelem a qualidade de vida dos dependentes e suas famílias.

A toxicodependência é outra grave dependência que leva ao insucesso escolar e profissional, à exclusão social, à violência doméstica e desestruturação familiar.

Infelizmente existe ainda uma falta de apoio e respostas sociais, que tem vindo a ser colmatada pela criação de programas de formação, de sensibilização, entre outros.

A atual situação económica tem levado ao aumento dos níveis de desemprego, com todas as consequências negativas que daí advêm. Existem alguns programas de intervenção precoce nas estruturas escolares, mas há ainda uma falta de sensibilização por parte das empresas e associações no que respeita a atribuição de emprego a pessoas em situações mais problemáticas, como por exemplo os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

A forte precariedade no mercado de trabalho leva a estruturas familiares débeis, acontecem discriminações no acesso ao emprego em função da idade e a desvalorização e preconceito face a determinadas profissões.

À exceção do continente Africano, o envelhecimento da sociedade é hoje um problema que se tem vindo a agudizar, faltando ainda a ocupação e valorização do tempo dos idosos, lares comparticipados pela segurança social, centros de noite, médicos de família e cuidados continuados.

É uma faixa etária onde ocorrem problemas de isolamento/solidão, pobreza, más condições habitacionais e até de maus-tratos.

Apesar dessas situações negativas tem se vindo a trilhar um trabalho meritório no que respeita ao envelhecimento com qualidade, com a construção de diversos lares, com a rentabilização das infraestruturas existentes, com uma vasta rede de serviço domiciliário, com o aparecimento das camas para cuidados continuados, etc..

O combate à pobreza e exclusão social é um desígnio social que não pode ser abandonado. Ourém possui neste momento várias respostas sociais para este problema, existindo mesmo um espírito altruísta e de voluntariado essencial no desenvolvimento de programas e projetos que visam apoiar as vítimas.

A criação da "Casa Abrigo" é um bom exemplo do desenvolvimento que ocorreu nesta matéria, conjuntamente com o estabelecer de redes sociais locais e do Gabinete de Apoio ao Consumidor.

Têm-se vindo a trabalhar exaustivamente no combate à pobreza e à exclusão social, contudo o desemprego, o aumento do custo de vida, a resistência à ajuda, e mesmo alguma injustiça na atribuição de subsídios e a excessiva burocracia tem sido entraves a uma melhor resposta social.

As dependências e a pobreza podem levar à ocorrência de Violência e Crime, contrariados pela existência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e de outros projetos, apoiados também no Centro de Saúde e nas Unidades de Inserção na Vida Ativa.

Infelizmente é um combate do mal pelo bem, dificultado por falhas de juízo moral, de regras parentais e disfunções familiares, pelo crescente desemprego e pela existência de indivíduos com perturbações e desequilíbrios psicológicos.

O serviço Nacional de Saúde, devido à racionalização económica, tem vindo a perder qualidade no município de Ourém, havendo falta de médicos (16 000 pessoas sem médico de família), falta de serviço de urgência, de serviços médicos de apoio ao domicílio, de consultas de saúde mental e de outras especialidades médicas tais como pediatria, obstetrícia/ginecologia. Além destas falhas não são raros todo um conjunto de problemas devidos à desorganização dos serviços.

Em resposta a esses problemas a Câmara Municipal de Ourém tem tido uma posição firme e inflexível, de pressão junto do Ministério da Saúde, apoiada pela vontade popular de reabertura do serviço de urgências.

Existe um atendimento complementar todos os dias de semana.

No que concerne à habitação social há ainda uma falta de estratégia de intervenção, uma falta de respostas sociais de habitação temporária e permanentes, além da falta de apoio ao arrendamento.

O ultrapassar destas dificuldades pode passar pela recuperação de casas antigas, pela promoção de alojamentos e recuperação das escolas desocupadas, atribuição de benefícios fiscais e isenções de taxas para recuperação de habitações. Deve-se ponderar também a construção de bairros sociais adaptados às necessidades.

Finalmente, quanto aos equipamentos Culturais e Desportivos verifica-se no concelho de Ourém uma forte representatividade associativa, uma diversidade considerável de equipamentos desportivos e de recreio.

Apesar disso não existe um polidesportivo municipal na cidade de Ourém, nem um auditório de capacidade intermédia, entre os 90 e os 400 lugares.

k) Turismo

Muito graças a Fátima, cidade com um atividade turística consolidada e integrada em vários projetos de cooperação internacional, verifica-se no município uma dinâmica crescente da atividade turística, pelo posicionamento geográfico central no país, coadjuvado na diversidade de recursos naturais, equipamentos e locais de interesse histórico-cultural.

Apesar de todo o sucesso global do fenómeno de Fátima, identifica-se ainda uma ideia associada à cidade enquanto espaço desqualificado, com deficientes condições para acolher grandes fluxos de peregrinos, com congestionamentos de trânsito, acessos insuficientes e em mau estado de conservação.

Há também um subaproveitamento turístico do restante território, do núcleo medieval de Ourém, além de uma sazonalidade da atividade turística que se tem procurado esbater.

I) Património

A riqueza patrimonial do município de Ourém é múltipla e diversificada, quando à cronologia, à localização, às tipologias, técnicas e materiais, compondo no seu conjunto uma expressão unitária.

Essa expressão tem vindo a acolher por parte da população maior sensibilidade, nomeadamente no que respeita à conservação do património. Isto apesar do PDM em vigor ser omissivo quanto às regras e mecanismos de salvaguarda a aplicar nos valores patrimoniais que ele próprio elenca.

Associada essa debilidade ao facto de que a maioria dos bens patrimoniais são propriedades privadas, cria-se ainda mais dificuldades na atuação do município em matéria de salvaguarda.

4.14 Valores Diferenciadores

Segundo inventário do estudo da CESO CI e da SaeR, existem ao longo do território municipal um conjunto de recursos naturais e construídos diferenciadores, únicos, que devem ser potenciados de forma a gerarem mais valias para o concelho, tendo por base um turismo sustentável e equilibrado.

De entre esses ativos salienta-se o Santuário de Fátima e as Pegadas dos Dinossauros, como aqueles que possuem maior projeção nacional e mundial.

Com menos projeção destaca-se o Castelo de Ourém, com o seu núcleo acastelado, alguns imóveis na cidade de Ourém e arredores e a praia fluvial do Agroal, associada ao respetivo Centro de Interpretação.

Segundo esse estudo os ativos diferenciadores eram:

De âmbito religioso:

- Aparições de Fátima, Santuário, Igreja da Santíssima Trindade, Valinhos, Calvário Húngaro, Anjo de Portugal, Estações da via sacra, Casa da Vidente Lúcia, respetivo quintal, Poço do Arneiro, a Casa de Francisco e Jacinta em Aljustrel e o Museu de Cera.
- Igreja da Colegiada, Cripta e Túmulo de D. Afonso, IV Conde de Ourém.
- Santuário Mariano de Nossa Senhora da Ortiga.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DEZEMBRO 2012

- Várias Igrejas dos séculos XV a XIX.
- Museu de arte sacra e etnologia de Fátima.
- Museu de Cera “Vida de Cristo”.
- Centro Pastoral Paulo VI.

De Histórico e Patrimonial:

- Castelo Medieval, Núcleo Medieval acastelado, Paço do Conde D. Afonso e os seus Torreões, Portas da Vila (século XII).
- Fonte Gótica de 1434.
- Estátua de D. Nuno Alvares Pereira.
- Outros edifícios e construções de interesse turístico como a Casa de Bragança do século XVIII, o Pelourinho e Pedra de lagar.

Valores Naturais:

- Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios, na Serra de Aire.
- Bacia hidrográfica do Nabão particularmente o Agroal, situado na freguesia de Formigais, que integra a nascente mais importante do rio Nabão conhecida pelo seu cariz termal, pelo seu caudal abundante, e pela existência do Centro de Interpretação do Agroal / Alto Nabão (integrado na Rede Natura 2000, no Sítio Sicó-Alvaiázere).
- Ribeiras de Olival e de Seiça, que albergam no seu leito a lampreia de riacho, espécie rara na Península Ibérica.
- Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Outros valores diferenciadores:

- Museu Municipal de Ourém – Casa do Administrador.
- Museu Etnográfico e Arqueológico de Ourém.
- Casa Museu de Aljustrel.
- Ecomuseu do Olival.
- Paços do Concelho.
- Frescos de Santo Ambrósio e Santo Agostinho, na capela de Nossa Senhora da Conceição.
- Vestígios do antigo convento de Tomareis.
- Ponte dos Namorados (Corredoura).
- Vários Moinhos de água ou vento, alguns ainda em funcionamento.
- Pista de Karting.
- Estádio Municipal de Fátima.
- Ginginha.

6 Estratégia Preliminar de Ordenamento e Desenvolvimento

Feito o diagnóstico setorial, sua síntese prospetiva e identificados os fatores diferenciadores deste território, passa-se à indicação das orientações estratégicas que devem nortear os trabalhos de definição dos modelos de ordenamento e de desenvolvimento para a revisão do PDM de Ourém.

Além destas orientações não podem ser olvidadas todas as outras que advêm de planos/programas de carácter nacional, regional ou setorial, nem aquelas que forem sendo consideradas relevantes durante a formulação da proposta de Plano.

6.1 Princípios de Ordenamento

A identificação dos princípios de ordenamento advêm da análise de dois documentos essenciais, os Fundamentos Técnicos da Revisão, de onde se percebe o que correu menos bem na aplicação do PDM em vigor, e os Termos de Referência do Plano, onde se explicitam os objetivos que levaram à abertura do procedimento de planeamento.

Esses princípios irão ser melhorados/desenvolvidos ao longo da formulação do plano, à medida que forem sendo criadas as equipas de trabalho, e que ocorrerem as visitas de campo com o apoio dos agentes locais, nomeadamente dos Executivos de Junta de Freguesia.

Para além dos princípios específicos existem outros de carácter mais abrangente que devem ser considerados, por exemplo:

1. O plano deve ser montado tendo em conta o Diagnóstico estratégico, deve ser um plano flexível, apoiado numa estrutura de monitorização proativa que permita a todo o tempo alterar e infletir o rumo, as orientações e até as disposições regulamentares, tendo em vista uma melhor gestão do território.
2. Segundo Pereira Lopes (2011), para o caso específico de Ourém, deve ser concebido por uma metodologia coerente, clara e exequível, que reduza a margem de discricionariedade do ato de planeamento, com vista à obtenção de um modelo territorial justo, que resolva os problemas existentes com razoabilidade e eficiência, de modo a que o PDM não seja entrave, mas sirva antes como alavancagem de um desenvolvimento económico sustentado.

3. Segundo o mesmo autor não se deve fazer depender o sucesso do plano em ações que não sejam cuidadosamente ponderadas e avaliadas, mas criar-se antes um modelo de execução e financiamento pragmático e concretizável.
4. Deve procura-se também que a proposta de plano, sem descurar o quadro legislativo e normativo em vigor, vá de encontro as expectativas das populações e das empresas, conforme dado conta no procedimento de participação pública.

Posto isto, passa-se então à identificação dos princípios específicos que devem nortear a estruturação da futura proposta de plano, em resposta às debilidades apontadas aquando da justificação da revisão do plano e aos objetivos definidos na abertura do procedimento:

1. Devem-se desenvolver estudos de caracterização e diagnóstico (já elaborados) assentes nos dados oficiais mais recentes, nomeadamente os Dados Preliminares dos Censos 2011. Esses estudos abrangem as diversas áreas temáticas, conforme o diagnóstico prospetivo supramencionado.
2. Analisar de forma mais criteriosa os perímetros urbanos existentes, os índices e parâmetros a propor, para mitigar a edificação dispersa sem inviabilizar o desenvolvimento local e a dinamização de aglomerados rurais.
3. Devem ser tidas em conta aquelas construções legitimamente inseridas em espaço rural, bem como as indústrias que não foram qualificadas como “indústria existente” e que já existiam antes da publicação do plano em vigor, prevendo mecanismos adequados a nível regulamentar.
4. Será necessário uma cartografia ajustada aos objetivos do plano, de forma a evitar as incongruências atuais, pelo que a planta de ordenamento e demais restrições será elaborada à escala 1:10 000, de acordo com a Série Cartográfica Nacional do Instituto Geográfico Português.
5. A revisão não pode desprezar as incongruências detetadas pela aplicação do atual PDM, ao nível da definição de uso de solo, de perímetros urbanos e industriais, das restrições de utilidade pública e na conceção do regulamento. Muitas dessas dificuldades serão sanadas com a criação de grupos de trabalho inter-disciplinares no seio da Câmara Municipal.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DEZEMBRO 2012

6. O plano a construir deve basear-se num modelo estratégico coerente, amplamente desenvolvido e sufragado, para que as pessoas e os agentes se mobilizem, e se dê maior coerência e identidade ao município.
7. A revisão deste plano é por si só uma oportunidade para o atualizar quanto às mudanças legislativas, aos novos planos, programas e orientações vigentes.
8. Deve-se optar por uma política de planeamento preventiva, onde o ordenamento e planeamento do território se adequem aos riscos naturais e tecnológicos, conforme decorre do PNPO e do PROT-OVT.
9. Deve ser acautelada a previsão de alguns projetos na futura versão do plano, nomeadamente dos indiscutíveis IC 9 e Caminhos de Fátima, e dos mais questionáveis, face à conjuntura económica e à desativação de parte da linha do Oeste (embora previstos no PROT-OVT), como o Aeroporto Regional de Fátima e a Ligação ferroviária entre a linha do Norte e a linha do Oeste.
10. O futuro plano deve ser acompanhado por um conjunto de peças, em representação do que é desenvolvido no Regulamento, contendo por exemplo a estrutura de povoamento, os elementos de qualificação ambiental, a apresentação clara das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, uma carta com a representação de todos os IGT de hierarquia inferior ao PDM, a carta de património, uma outra com a identificação dos equipamentos existentes, etc..
11. Existem territórios com diferentes graus de consolidação que carecem de soluções urbanísticas adequadas.
12. A delimitação das áreas em REN e RAN devem pautar-se por maior rigor técnico, na identificação cartográfica e promover a definição e salvaguarda de corredores ecológicos da estrutura ecológica municipal.
13. As zonas de “fronteira” entre os municípios devem ser compatibilizadas em termos de ordenamento, para evitar e eliminar assimetrias incomprensíveis devidas à existência de territórios limítrofes em CCDR diferentes.

14. Um exemplo dessa realidade localiza-se em Fátima, a nascente da Autoestrada n.º 1, uma área totalmente integrada em REN, quando o espaço contíguo integrado no município da Batalha é considerado como zona industrial.
15. Deve ser garantido uma norma similar ao artigo 98.º do atual PDM, criando mecanismos facilitadores no caso em que esteja em causa a viabilidade, quando ambientalmente se justifique, de estruturas em espaço rural.
16. Finalmente o PDM deve permitir a salvaguarda dos valores patrimoniais, devidamente elencados no caderno específico, com o intuito de os defender, dado comporem as especificidades locais muito relacionadas e identificadas com esses valores.

6.2 Linhas de Desenvolvimento e Orientação Estratégica, Programas e Objetivos

A estratégia global vigente para o município de Ourém, sufragada e aprovada pela maioria dos cidadãos eleitores, baseia-se em quadro eixos fundamentais, linhas de orientação estratégica que têm norteado as ações, visões e decisões quer por parte do município de Ourém, quer por parte dos diferentes parceiros locais que trabalham em prol do desenvolvimento deste território.

Essas Linhas de Orientação Estratégica pretendiam tornar Ourém:

- **Um município com qualidade de vida.**
- **Um município com afirmação externa.**
- **Um município com pujança empresarial** (não esquecendo o importante que é a resolução dos problemas associados às zonas industriais).
- **Um município de excelência social.**

Apesar de serem orientações bastante já devidamente maturadas, as profundas alterações globais que ocorreram desde 2009, coadjuvadas pela diversidade inquestionável de ativos existentes no município, levaram a que Câmara Municipal decidisse proceder à realização de um trabalho exaustivo que avaliasse as condições de desenvolvimento de uma estratégia de modernização para o concelho, produzido em colaboração com o consórcio CESO CI e da SaeR.

Desse trabalho resultou um conceito, uma **estratégia de desenvolvimento e internacionalização do concelho**, ancorado em Fátima e Ourém (sem esquecer as especificidades dos lugares periféricos a esse eixo), para o **Horizonte de 2020**:

Afirmar o concelho de Ourém com progressiva autonomia da área de influência da Grande Lisboa, possuidor de uma única cidade de estrutura policêntrica (Ourém/Fátima), a qual ocupa uma posição de centralidade num Arco Monumental (Óbidos/Alcobaça/Batalha/ Ourém/Tomar/Almourol/Santarém) e ocupando um vértice fundamental no Triângulo Histórico – Cultural (Ourém/Leiria/Coimbra/Conímbriga/Ourém) e que é dotada de um equipamento estruturante – o Santuário de Fátima – que o torna independente da sua dimensão populacional e espacial.

Fonte: CESO CI e SaeR

Aliado a esse conceito os objetivos estratégicos a prosseguir são:

- a) Garantir o desenvolvimento sustentado e a Internacionalização de Fátima – Ourém e, consequentemente, do seu espaço envolvente, reduzindo o seu posicionamento periférico face às duas grandes áreas metropolitanas do País.
- b) Gerar mais riqueza e emprego de forma duradoura, com base numa maior aposta na valorização e internacionalização do Concelho, alargando a sua base económica.
- c) Assinalar o Centenário das Aparições de Fátima em 2017, como um acontecimento de expressão mundial.
- d) Deverá conseguir-se que atores e os parceiros religiosos, económicos, políticos, sociais, empresariais e culturais do Concelho, concordem com estabelecimento de uma solução de parceria e diálogo para assegurar a implementação e acompanhamento do planeamento estratégico.
- e) Implementar, até 2017, no essencial, o Plano de Valorização Urbana de Fátima.

O programa de ação para a implementação destas orientações e desígnios estratégicos baseou-se em 5 ações gerais:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DEZEMBRO 2012

i) Expansão Mundial do Culto Mariano e a Nossa Senhora de Fátima; **ii)** Promover a Educação, Formação e Investigação, **iii)** Turismo, Lazer e Bem-Estar; **iv)** Cultura e Património; **v)** Diversificação da Base Económica (CESO CI e Saer, 2011).

Os objetivo desse plano de ação é o de valorizar o tecido territorial de Ourém, aproveitando os seus pontos fortes, potenciando as oportunidades e mitigando as debilidades existentes.

6.3 Expansão Mundial do Culto Mariano e a Nossa Senhora de Fátima – Objetivos

1. Potenciar a expansão do Culto mariano e a Nossa Senhora de Fátima, a nível Mundial, quer nos países e locais onde já existe de forma sustentada quer onde é inicial ou emergente.
2. Assegurar que a Celebração do Primeiro Centenário das Aparições em Fátima seja um marco mundial inesquecível do Culto Mariano e a Nossa Senhora de Fátima. Um Momento de Louvor e de Ação de Graças.
3. Aumentar de forma substancial o número de peregrinos presenciais em Fátima, tendo por objetivo atingir em 2017, uma presença superior a 10 milhões de peregrinos.
4. Posicionar Fátima, e o seu Santuário, como centralidade do Culto Mariano, a nível Europeu e Mundial.
5. Incrementar, de forma muito significativa, o número de visitantes virtuais de Fátima, como fator de atração para visitas presenciais.
6. Garantir a implementação, na totalidade ou quase, do “Plano de Requalificação Urbano de Fátima 2017”;
7. Afirmar “Fátima como Cidade da Paz e do Diálogo”, como território de Encontro e Autenticidade e uma Mensagem de Luz e Esperança para a Humanidade, num momento particularmente conturbado da sua História (CESO CI e Saer, 2011).

6.4 Educação, Formação e Investigação – Objetivos

1. Criar em Fátima – Ourém uma “Plataforma de Ensino – Formação e de Investigação” que articule as várias capacidades existentes no Concelho e na sua Envolvente, numa perspetiva quer nacional quer internacional.
2. Projetar Fátima – Ourém como um “Espaço de Excelência”, aberto ao Mundo, captando formandos/peregrinos nacionais e internacionais, em particular para ações intensivas e de curta duração, nos seguintes domínios:
 - a) Educação e Formação Avançada em “Ética, Cultura e Valores”;
 - b) Formação Básica e Avançada em “Doutrina Social da Igreja”;
 - c) Formação Avançada sobre “História e Património”;
 - d) Formação Básica e Avançada em “Paz, Cooperação e Desenvolvimento”;
 - e) Formação Básica e Avançada em “Arte, Música e Cultura Religiosa”.
3. Afirmar Fátima – Ourém como Núcleo de uma Rede de Formação Profissional em áreas como: Hotelaria e Turismo; Construção Civil; Educação Social, Voluntariado e Desenvolvimento Comunitário; Saúde e Gerontologia ou Biblíoconomia.
4. Posicionar Fátima com um novo “Centro Internacional de Reflexão e Pesquisa em Diálogo Inter-Religioso”.
5. Estabelecer uma Rede Mundial de Investigação, centrada em Fátima, sobre “Culto Mariano e Mensagem de Fátima”.
6. Fazer Germinar em Fátima – Ourém o estudo e difusão do Latim e da História e Cultura das Latinidades (CESO CI e Saer, 2011).

6.5 Turismo, Lazer e Bem-estar – Objetivos

1. Criar uma Oferta Turística Diversificada e Integrada, centrada nos ativos religiosos, histórico-culturais e naturais do Concelho e da sua Envolvente de maior qualidade.

2. Transformar Fátima – Ourém num dos principais destinos turísticos europeus e mundiais, alargando a dimensão das correntes tradicionais, mas principalmente através da captação de novas origens e de novos tipos de fluxo, atraídos por novos tipos de produto turístico e pelo Centenário das Aparições.
3. Gerar uma Procura Turística sustentada e mais distribuída ao longo do ano.
4. Afirmar, a nível mundial, Fátima como “Cidade da Paz e do Diálogo” e Ourém como “Cidade com História”.
5. Desenvolver Fátima – Ourém como um destino de lazer e de bem-estar (CESO CI e Saer, 2011).

6.6 Cultura e Património – Objetivos

1. Identificar, caracterizar e valorizar o Património e a Cultura de Fátima – Ourém e da sua Envolvente.
2. Posicionar Fátima – Ourém como território cultural de excelência (CESO CI e Saer, 2011).

6.7 Diversificação da Base Económica – Objetivos

1. Travar a acelerada degradação da base económica e o crescimento do desemprego e da pobreza no Concelho.
2. Criar uma nova base económica do Concelho mais diversificada mas mais integrada e geradora de riqueza e fortemente internacionalizada (CESO CI e Saer, 2011).

7 Conclusões e Notas Finais

Pergunta: *O que significa Estratégia?*

Resposta: *Não sei definir bem, mas penso, de qualquer modo, que é melhor não saber o que é estratégica, do que não ter uma.*

Este breve diálogo deve ter uma interpretação profunda, diz respeito a vida de cada um de nós, das organizações e claro, dos territórios.

Num mundo globalizado em mutação permanente, mais competitivo e em rede, só a afirmação identitária dos espaços, das suas especificidades e valores diferenciadores, leva ao seu desenvolvimento e à sua afirmação.

Os desígnios estratégicos a nível territorial servem em primeiro lugar para cativar os cidadãos e os agentes locais, pela identidade criada, pela identificação de objetivos comuns, pelo afirmar do seu sentimento “bairrista”.

Em segundo lugar, depois dessa mobilização conseguida, servem para potenciar esse território na sua rede regional, nacional e global, apoiando-se no tão necessário *marketing territorial*.

Ourém tem reunido todas as condições endógenas para vencer esse desafio, de polo regional à dimensão global, potenciada por Fátima, sempre em harmonia e complementaridade com as freguesias envolventes.

Sendo o PDM uma peça vital no funcionamento e utilização do espaço, pensa-se que a futura versão do PDM não pode negligenciar a estratégia vigente, deve basear-se nos princípios e orientações aqui definidas, no diagnóstico prospetivo, e noutro conhecimento que for sendo adquirido ao longo da revisão.

Ourém precisa da conceção de um verdadeiro plano-processo, interativo, dinâmico e reflexivo, capaz de ser o veículo da sua afirmação.

Bibliografia

Alexandre, J. A.. (2003) *O planeamento estratégico em cidades de média dimensão portuguesas*, Tese de Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento. Aveiro, Universidade de Aveiro.

CESO CI e Saer. (2011) *Avaliação das Condições de Desenvolvimento de uma Estratégia de Modernização para o Concelho de Ourém – Diagnóstico prospetivo e Enquadramento prospetivo e Enquadramento Estratégico*, Relatório Final (Versão Provisória). Lisboa.

Guell, J.. (1997) *Planificación Estratégica de Ciudades*. Barcelona, GG.

Lima, Joana. (2011) *A Componente Estratégia nos Planos Municipais*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Território. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Lopes, R.. (1998) *A cidade internacional – o planeamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro, MAUAD.

Médio Tejo Digital. (2008) *Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Estratégia de Desenvolvimento 2020, Plano de Acção 2007-2013*. In: [<http://www.mediotejodigital.pt/>], acedido em dezembro de 2011.

Município de Ourém. (2007) *Termos de Referência para a Revisão do PDM*. Ourém.

Município de Ourém. (2008) *Fundamentos Técnicos da Revisão do PDM*. Ourém.

Pereira Lopes, José. (2011) *Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Território. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

QREN. (2011) *Programas operacionais 2007-2013*. Lisboa,
In: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203], acedido em dezembro de 2011.